



# Anais da Assembléia

Nº 036

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 26 DE ABRIL DE 1993

ANO XIX

## MESA DIRETORA

**ORLANDO PESSUTI**  
Presidente - PMDB

**HERMAS EURIDES BRANDÃO**  
1º Vice-Presidente - BPI

**GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO**  
2º Vice-Presidente - PP

**ANIBAL KHURY**  
1º Secretário - PTB

**DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO**  
2º Secretário - PP

**BASILIO ZANUSSO**  
3º Secretário - PFL

**CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI**  
4º Secretário - PDT

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## LIDERANÇAS

PMDB - Governo ..... Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR  
PFL ..... Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO  
PDT ..... Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA  
PTB ..... Deputado ERONDY SILVÉRIO  
PSDB ..... Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI  
PT ..... Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)  
PL ..... Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO  
PP ..... Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA  
BPI ..... Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

## REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

**PMDE - 12:** Arelido Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - • Oswaldo Trevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP - 10:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio B. fon - Antonio Costenaro Neto; **PFL - 06:** Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duílio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nenson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT - 06:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Algaci Ormário Túlio - Paulc Maia de Oliveira - Namir Piacentini - Luiz Carlos Zuk; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mario Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João F. Falavinha Iensen; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB - 01:** Alceu Antonio Swarowski; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE - 07:** Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Lourenço Fregonese - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e da Cidadania  
(\*) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

3.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 33.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 1993

(SEGUNDA-FEIRA)  
Presidência do Senhor Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Senhores Deputados Dirceu Manfrinato e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço e Rosso-ni (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Sob a

Curitiba, segunda, em 26.04.93

proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede a leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 011/93

Curitiba, 22.04.93.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de cruzeiros), ao vigente orçamento próprio do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná - IPE, aprovado pela Lei Estadual nº 10.195, de 15 de dezembro de 1992, visando atender despesas com processamento de dados, reparos de bens imóveis e compra de equipamentos para laboratório.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação da própria Entidade.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

I SUPLEMENTAÇÃO		A N E X O		FI 01		I
I ANEXO				CR\$ 1 000,00		I
-----						
I	I	INATUREZA		I LI	IN DOI	
I CODIGO	I ESPECIFICAÇÃO	I DA	I IFTDI	VALOR		I PROC
I	I	I DESPESA	I IRI			I ICOP I
-----						
I 2200	I SECRETARIA DE ESTADO DA	I	I I I			I I
I	I ADMINISTRACAO - ENTIDADES	I	I I I			I I
I	I VINCULADAS	I	I I I			I I
I	I	I	I I I			I I
I 2254	I INSTITUTO DE PREVIDENCIA E	I	I I I			I I
I	I ASSISTENCIA AOS SERVIDORES DO	I	I I I			I I
I	I ESTADO DO PARANA - IPE	I	I I I			I I
I 2713	I SUPERVISAO E COORDENACAO SUPERIORI	I	I I I			I I
I	I- IPE	I 3132.03	I 50 I I I	3.000.000		I 101721
I	I	I 4120.00	I 50 I I I	4.000.000		I 101721
I 2714	I ADMINISTRACAO GERAL DO IPE	I 3132.04	I 50 I I I	3.000.000		I 101711
-----						
T O T A L				I	10.000.000 I	
-----						

CANCELAMENTO		A N E X O		I I		FL. 01		
ANEXO						CR\$ 1.000,00		
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	DA	IFTIDI	VALOR	IN.DOI	YPROCI	ICOP
I	I	IDESPESA	I	IRI				
I 2200	ISECRETARIA DE ESTADO DA	I	I	I I		I	I	
I	IADMINISTRACAO - ENTIDADES	I	I	I I		I	I	
I	IVINCULADAS	I	I	I I		I	I	
I	I	I	I	I I		I	I	
I 2254	IINSTITUTO DE PREVIDENCIA E	I	I	I I		I	I	
I	IASSISTENCIA AOS SERVIDORES DO	I	I	I I		I	I	
I	IESTADO DO PARANA - IPE	I	I	I I		I	I	
I 2715	IASSISTENCIA MEDICA AOS SEGURADOS	I	I	I I		I	I	
I	IDO IPE	I	3132.08150	ILI	10.000.000	I	10172	I
T O T A L					I	10.000.000	I	

ACRESCIMO		ANEXO III		FL. 01		
DA RECEITA		ANEXO		Cr\$ 1.000,00		
CODIGO	ESPECIFICACAO	I FT		VALOR		
	IINSTITUTO DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA					
	I AOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARANA - IPEI					
11990.99.00	Outras Receitas	50		4.000.000		
T O T A L					4.000.000	

REDUCAO		ANEXO IV		FL. 01		
DA RECEITA		ANEXO		Cr\$ 1.000,00		
CODIGO	ESPECIFICACAO	I FT		VALOR		
	IINSTITUTO DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA					
	I AOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARANA - IPEI					
1210.30.00	Contribuicoes Compulsorias para Previ-	50		4.000.000		
	Idencia Social					
T O T A L					4.000.000	

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 10.195, de 15 de dezembro de 1992, no valor de Cr\$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de cruzeiros), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido nos artigos 1º e 2º desta lei, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexos III e IV desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MENSAGEM N° 012/93

Curitiba, 22.04.93.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 5.480.953.000,00 (cinco bilhões, quatrocentos e oitenta milhões, novecentos e cinquenta e três mil cruzeiros), aos vigentes orçamentos próprios da Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana, da Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro, da Biblioteca Pública do Paraná e do Instituto Agrônômico do Paraná - IAPAR, aprovados pela Lei Estadual nº 10.195, de 15 de dezembro de 1992, visando atender despesas de pessoal, custeio, subvenções, reparos de salas de aula e substituição de carteiras escolares.

Esclareço também que os recursos para

a cobertura da referida programação são decorrentes de superávits financeiros, apurados nos balanços patrimoniais das referidas entidades no exercício de 1992.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 10.195, de 15 de dezembro de 1992, no valor de Cr\$ 5.480.953.000,00 (cinco bilhões, quatrocentos e oitenta milhões e novecentos e cinquenta e três mil cruzeiros), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de superávits financeiros apurados nos balanços patrimoniais, do exercício de 1992, da Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana, da Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro, da Biblioteca Pública do Paraná e do Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR.

Art. 3º - Em decorrência do contido no artigo 1º desta lei, ficam alterados os Demonstrativos das Receitas, conforme Anexo II desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTACAO		ANEXO I		FL. 01	
ANEXO				CR\$ 1.000,00	
CODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	IL	VALOR	IN. DO
I	I	I	I	I	I
1200	SECRETARIA DE ESTADO DA INDUSTRIA	I	I	I	I
	DE DO COMERCIO, ENSINO SUPERIOR,	I	I	I	I
	CENCIA E TECNOLOGIA - ENTIDADES	I	I	I	I
	VINCULADAS	I	I	I	I
	I	I	I	I	I
1228	FACULDADE ESTADUAL DE CIENCIAS	I	I	I	I
	ECONOMICAS DE APUCARANA	I	I	I	I
1145	EDIFICACOES E EQUIPAMENTOS PARA	I	I	I	I
	FACULDADE ESTADUAL DE APUCARANA	I	4120.00	150	200.000
2506	ADMINISTRACAO E MANUTENCAO DO	I	I	I	I
	ENSINO SUPERIOR EM APUCARANA	I	3120.00	150	100.000
	I	I	3132.01	150	40.000
	I	I	3132.03	150	17.000
	I	I	3132.08	150	156.970

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO I

FL. 01

ANEXO - CONTINUAÇÃO

Cr\$ 1.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FT	L D R	VALOR	N.DO PROC COP
I 1232	IFACULDADE ESTADUAL DE DIREITO DO	I		I I I		I I
I	INORTE PIONEIRO	I		I I I		I I
I 2511	IADMINISTRACAO E MANUTENCAO DO	I		I I I		I I
I	IENSINO DE DIREITO EM JACAREZINHO	I	3120.00	I50ILI	700.000	I4101I
I	I	I	3131.00	I50ILI	160.000	I4101I
I	I	I	3132.08	I50ILJ	203.309	I4101I
I	I	I		I I I		I I
I 3000	ISECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA -	I		I I I		I I
I	IIDENTIDADES VINCULADAS	I		I I I		I I
I	I	I		I I I		I I
I 3064	IBIBLIOTECA PUBLICA DO PARANA	I		I I I		I I
I 2632	IGERENCIAMENTO DA ESTRUTURA	I		I I I		I I
I	IADMINISTRATIVA E ATENDIMENTO AO	I		I I I		I I
I	IUSUARIO - BPP	I	312	I50ILI	39.674	I4079I
I	I	I	313	I50ILI	30.000	I4079I
I	I	I	4120.00	I50ILI	100.000	I4079I
I	I	I		I I I		I I
I 4000	ISECRETARIA DE ESTADO DA	I		I I I		I I
I	IAGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO -	I		I I I		I I
I	IIDENTIDADES VINCULADAS	I		I I I		I I
I	I	I		I I I		I I
I 4082	IINSTITUTO AGRONOMICO DO PARANA -	I		I I I		I I
I	IAPAR	I		I I I		I I
I 2700	IPESQUISA E DESENVOLVIMENTO	I		I I I		I I
I	ITECNOLOGICO DE PRODUTOS E	I		I I I		I I
I	IRECURSOS AGROPECUARIOS - IAPAR	I	3111.03	I50ILI	2.150.000	I4181I
I	I	I	3113.00	I50ILI	284.000	I4181I
I	I	I	3120.00	I50ILI	1.000.000	I4181I
I	I	I	3231.00	I50ILI	300.000	I4181I
-----*-----						
T O T A L					I	5.480.953 I
-----*-----						

I ACRESCIMO	ANEXO II	FL. 01	I
I DA RECEITA	ANEXO	Cr\$ 1.000,00	I
I CODIGO	I ESPECIFICACAO	I FT	I VALOR
I	IFACULDADE ESTADUAL DE CIENCIAS ECONOMI-	I	I
I	ICAS DE APUCARANA	I	I
I 1990.05.50	I SALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES - DIRETA-	I	I
I	IMENTE ARRECADADOS	I 50	I 513.970
I	I	I	I
I	IFACULDADE ESTADUAL DE DIREITO DO NORTE	I	I
I	IPIONEIRO	I	I
I 1990.05.50	I SALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES - DIRETA-	I	I
I	IMENTE ARRECADADOS	I 50	I 1.063.309
I	I	I	I
I	IBIBLIOTECA PUBLICA DO PARANA	I	I
I 1990.05.50	I SALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES - DIRETA-	I	I
I	IMENTE ARRECADADOS	I 50	I 169.674
I	I	I	I
I	IINSTITUTO AGRONOMICO DO PARANA - IAPAR	I	I
I 1990.05.50	I SALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES -DIRETA-	I	I
I	IMENTE ARRECADADOS	I 50	I 3.734.000
-----*-----			
I	I T O T A L	I	I 5.480.953
-----*-----			

Ofício:

OFÍCIO

Sob o n° 197/93, do Senhor Desembargador Ronald Accioly Rodrigues da Costa - Presidente do Tribunal de Justiça, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva alterar, a partir de 1° de abril de 1993, as tabelas de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão, servidores temporários regidos pela C.L.T. e funções gratificadas dos Quadros de Pessoal das Secretarias dos Tribunais de Justiça e de Alçada e Serventias da Justiça. Ao conhecimento da Casa.

Sob o n° DTL/SAT/43/93, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver sancionado o Projeto de Lei n°:

083/93: De autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública a Associação Solidários pela Vida - SOVIDA - com sede e foro na cidade de Curitiba/PR, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.266. Anote-se. Arquive-se.

Sob o n° DTL/SAT/042/93, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei n° 399/91, por julgá-lo inconstitucional, em razão de motivos expostos. À Comissão de Constituição e Justiça.

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 932

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência para o Projeto de Lei n° 075/93 de minha autoria que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Bituruna o imóvel que especifica.

Sala das Sessões, em 26.04.93.

(a) ROSSONI

REQUERIMENTO N° 877

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187 § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 26.04.93.

(a) ÉLIO RUSCH

REQUERIMENTO N° 906

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

Curitiba, segunda, em 26.04.93

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei n° 327/91, por três sessões.

Sala das Sessões, em 26.04.93.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 933

Senhor Presidente.

O Deputado que firma o presente instrumento, com base nas suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a retirada da Ordem do Dia, por 10 (dez) sessões, do Projeto de Lei n° 410/92, item 11 da presente sessão.

Sala das Sessões, em 26.04.93.

(a) ÉLIO RUSCH

REQUERIMENTO N° 905

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja arquivado o Projeto de Lei n° 105/93, de sua autoria, que corrige a redação do art. 1°, da Lei n° 9.230, de 25 de abril de 1990.

Sala das Sessões, em 26.04.93.

(a) NEREU ALVES DE MOURA

REQUERIMENTO N° 913

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, votação secreta para o Projeto de Lei n° 410/92, item 11 da presente ordem do dia.

Sala das Sessões, em 26.04.93.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO N° 907

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, VOTO DE PESAR pelo falecimento do JOVEM MOZIR ADEMAR PRUNZEL, bem como, o envio de expediente para a família enlutada.

Sala das Sessões, em 26.04.93.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

O trágico e inesperado falecimento do Jovem Mozir Ademar Prunzel comoveu todo o município de Santo Antonio do Sudoeste/Pr.

Apesar da pouca idade, Mozir era uma pessoa estimada por todos, não só pela sua boa índole, como também pelo seu caráter e sua dedicação ao trabalho e a família. Sua morte repentina representa uma grande perda para todos que o conheceram e aprenderam a admirá-lo.

REQUERIMENTO N° 918

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja formulado e inserido em Ata voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Frederico Domingos Gulin, ocorrido nas primeiras horas do dia de hoje.

Homem reconhecido pelo ânimo para o trabalho, seu Frederico dedicou a maior parte de sua vida à agricultura na Região dos Minérios, na Região Metropolitana de Curitiba.

No município de Almirante Tamandaré, casou-se com dona Páscoa Gulin, tendo sete filhos: Adalzi, Iorene, Sueli, Marilene, Odair, Arzemir e Arcidneo, o Cid, Prefeito Municipal de Almirante Tamandaré.

Respeitado pela correção em que centrou a sua vida, o seu Frederico conquistou o respeito de toda a sua comunidade, além de inúmeras amizades.

O falecimento de Frederico Domingos Gulin, aos 80 anos de idade, deixa uma lacuna da vida de Almirante Tamandaré e mesmo fora do município, onde estabeleceu muitos vínculos de amizade.

Sala das Sessões, em 26.04.93.

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO N° 886

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscrive no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido um voto de congratulação ao Secretário de Segurança Pública, José Moacir Favetti, pela autorização da construção da Casa do Menor Infrator, em Ponta Grossa, ao lado do Presídio Santa Maria.

Ponta Grossa através de suas representações políticas, ASSOMA, ACIPG, 13° S.D.P., Câmara de Vereadores, Conselho de Segurança, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, clubes de serviço, imprensa falada, escrita, e televisionada e comunidade em geral em especial agradecimento ao Digníssimo Promotor João Péricles Goulart, pelo seu empenho e a sensibilidade do Secretário de Segurança, por essa obra tão carente e necessária para a população da cidade.

Sala das Sessões, em 26.04.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO N° 896

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja registrado nos Anais da Assembleia Legislativa, votos de congratulações à Folha de Irati, pelos 20 anos de sua fundação dirigidos à direção daquele órgão, bem como a seus funcionários.

É necessário que se destaque com toda

ênfase, o papel fundamental da imprensa séria de nosso país, no processo de consolidação da democracia, bem como de forma imparcial contribui sobremaneira para o avanço do grau de consciência do nosso povo. A imprensa verdadeira e àquela comprometida com a verdade, com o patriotismo com a responsabilidade efetiva de passar o nosso Brasil a limpo. Nestes dias tão difíceis, poucos são os órgãos de imprensa comprometidos com esse papel histórico. Nesta esteira, louvamos a imprescindível participação do Jornal Folha de Irati, que há 20 anos, e de forma combatível, séria e imparcial, busca um Brasil novo, não apenas no sentido retórico mas sim de forma prática e indelével.

Sala das Sessões, em 26.04.93.

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO N° 903

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação de voto de congratulações ao "Centro de Integração Empresa Escola" - CIEE, pelo transcurso de vinte e cinco anos de atividades em nosso Estado, bem como pelas iniciativas empreendedoras adotadas.

Sala das Sessões, em 26.04.93.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade com a qual nos congratulamos tem prestado à comunidade paranaense um serviço de extrema relevância, na medida em que demonstra ser um fator de produção do progresso econômico e social.

Com a implantação do Serviço de Informação e Orientação Profissional e Vocacional e do Projeto "Menor Aprendiz", o CIEE volta-se para questões referentes ao aspecto social, de modo extremamente responsável, podendo ser usado como um paradigma de solidariedade e consciência humana, a ser seguido por todos.

#### REQUERIMENTO N° 909

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido um voto de congratulação, ao DD. Juiz Dr. Euclides Alcides Rocha, Presidente Regional do Trabalho da 9.ª Região, pela instalação da 2.ª Junta de Conciliação e Julgamento de Ponta Grossa, com sede na rua Reinaldo Ribas de Oliveira, 20.

Requer, ainda, seja dada ciência ao mesmo, no Tribunal Regional do Trabalho, sito na Rua Dr. Vicente Machado - 147, Nesta Capital.

Sala das Sessões, em 26.04.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 910

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido um voto de congratulação à Universidade Estadual de Ponta Grossa, pelo reinício do projeto "Universidade Aberta Saúde, Esporte e Ação", em parceria com a Prefeitura de Ponta Grossa.

Requer, ainda, seja dada ciência à Universidade, na pessoa do DD. Reitor João Carlos Gomes.

Sala das Sessões, em 26.04.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 919

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo votos de congratulações ao atleta paranaense Guilherme Belini, pela conquista da medalha de ouro na prova de 100 metros nado peito, no Meeting Internacional da Juventude, em Lisboa, Portugal.

Único paranaense incluído na seleção brasileira de natação que disputa o Meeting Internacional da Juventude, em Lisboa, Portugal, Guilherme Belini tem apenas 15 anos e surge como a maior revelação na natação do Paraná nos últimos anos.

Campeão brasileiro e recordista nacional na categoria 100 metros nado peito, Belini é treinado por Luiz Henrique Gariba Teles e teve dificuldades para conseguir viabilizar sua viagem a Portugal, já que é o único integrante da delegação brasileira que não obteve patrocínio para custear as despesas de viagem.

Ao trazer sua primeira medalha de ouro em competições internacionais, Guilherme Belini passa a integrar a seleta galeria dos mais importantes nomes da natação brasileira, seguindo a trilha de outros paranaenses como Rogério Romero, Renato Ramalho e Cristiano Michelena, integrantes da equipe Olímpica do Brasil.

E Guilherme Belini integrou, ainda, a equipe brasileira no revezamento quatro estilos por cem metros, que conquistou o primeiro lugar no Meeting de Lisboa, com distinção.

Diante deste belo exemplo de garra e dedicação, apesar das dificuldades, não há como o Poder Legislativo deixar de se associar às muitas manifestações de congratulações pela importante conquista do jovem Guilherme Belini.

Sala das Sessões, em 26.04.93.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 920

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na ata dos trabalhos do Poder Legislativo voto de congratulações ao Jornal O Estado do Paraná pela conquista do prêmio Colunistas, como o "Veículo do Ano".

Como afirmou, em declaração à imprensa, o publicitário Carlos Bunn, "as maiores oportunidades aparecem em tempos de crise para aqueles que sabem aproveitá-las e as aproveitam de fato, com determinação e ousadia". Assim, o Jornal O Estado do Paraná, animou a idéia de construir um caderno dirigido ao mercado imobiliário e concretizou-a no formato de uma publicação que, em curto espaço de tempo, conquistou respeito no Paraná.

O Jornal soube perceber e captar as novas necessidades do segmento imobiliário; diviso a nova oportunidade foi à luta. Não hesitou em oferecer condições compatíveis com a nova realidade e foi (como está indo) além, ao criar novos serviços e oferecer um atendimento diferenciado. A criação do caderno imobiliário de O Estado do Paraná, foi, sem dúvida alguma, um dos maiores acontecimentos no setor, em 1992.

O prêmio Colunistas, de inegável importância, conferido à iniciativa de O Estado do Paraná, vem somar-se a outras não menos importantes conquistas daquele conceituado veículo de imprensa como Prêmio Esso de Reportagem e Prêmio Esso de Fotografia.

O fato vem confirmar, de forma inquestionável, o respeito que o Estado devota à população paranaense e a sua firme disposição em oferecer-lhe alternativas seguras e inovadoras, primando pela seriedade e qualidade.

A conquista do Estado do Paraná é um prêmio a todo o Paraná, principalmente à sua população, que sabe eleger e dar crédito aos bons veículos de comunicação. Por esta razão, o Poder Legislativo deve se associar às manifestações de regozijo pela conquista de O Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 26.04.93.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 921

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo voto de congratulações à diretoria eleita da Associação dos Moradores e Amigos do Jardim Gabinete, nesta Capital.

Eleita no dia 18 de abril próximo pas-

sado, a diretoria da referida entidade ficou assim constituída: Presidente, Antonio Monteiro Sobrinho; Vice-Presidente, José Carlos Ribeiro; 1.<sup>a</sup> Secretária, Maria Schenlei; 2.<sup>a</sup> Secretária, Maria de Oliveira; 1.<sup>o</sup> Tesoureiro, Antonio Francisco Alves, 2.<sup>o</sup> Tesoureiro, Sinval Aniceto Ferreira; Presidente do Conselho Fiscal, José Jeronimo Filho; Vice-Pres. do Cons. Fiscal, Maria da Conceição Brito.

Como membros efetivos do Conselho foram eleitos: José Francisco dos Santos e Raimundo Nonato Granjeiro. Suplentes: Kelezinho Sebastião de Araújo, Iodilar José Tosta e José Roza.

Para o Conselho Comunitário foram aprovados os nomes de Lourival Félix da Cruz, Artulino F. de Souza, Manoel Eleotério Tavares, Eliacir Roza, Maria do Belem Cordeiro, José Monteiro, Julio Wan Randel, Alceu Ivo Bonifácio, Antonio Backes e Albani Alves Rodrigues. O Departamento de Conselho de Mães será constituído por Fidelcina D. S. Veríssimo, Eunice A. Ferreira e Angela Maria Batista. Ainda foram eleitos para o Departamento de Esportes: João A. Gomes, Mauro Ordonhes, Claudio Silvério Gomes, Euclides José de Souza e Paulo Carlos Ribeiro.

Ao registrar a nova diretoria da Associação de Moradores e Amigos do Jardim Gabinete nos anais da Assembléia, queremos não apenas manifestar nosso regozijo aos representantes eleitos pela comunidade em questão, como manifestar nosso apoio ao trabalho que continuará sendo desenvolvido pela melhoria da qualidade de vida dos moradores do Jardim Gabinete, em Curitiba.

Sala das Sessões, em 26.04.93.

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO N° 922

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo votos de congratulações à diretoria eleita do Instituto Paranaense de Cegos.

Por seu extraordinário e dedicado trabalho, dona Therezinha de J. R. Prestes foi recorduzida à presidência do Instituto Paranaense de Cegos, contando com os seguintes nomes do maior relevo na sua diretoria:

Vice-Presidente: Diva Bica Piazzeta. Diretor Técnico-administrativo: Zuleide Bocknia. Diretor de Finanças e Produção: Maria Martha Furtado. Diretor Social e Cultural: Nilcéia Ramanowski. 1.<sup>a</sup> Secretária: Regina Maria Samwais e Secretária: Therezinha Abra. 1.<sup>a</sup> Tesoureira: Ercília Gonçalves. 2.<sup>a</sup> Tesoureira: Doralice Ilescas.

Para o Conselho Deliberativo foram indicados o Dr. Ary de Chistan, Josué Guimarães, Nivaldo Abra, Suely Gleisch, Algaci Túlio, Paulo de Tarso Mont Serrat, Mario Carneiro Próspero, Nelson Trajano, Ney Leprevost, Ida Oliveira de Jesus e Antonio Galvão de Oliveira.

Foram eleitos para a suplência do Conselho: Dirceu Moraes, Raidee Raicherth, Eni Ribas Anselmi, Nelson Edi Samwais, Osvaldo Marochi, João Brotto, João Carlos Lorusso, Alfonso Sorentino, Marco Antonio Vecchi, Iraides Aparecida Neves e Clodoaldo Veríssimo de Oliveira.

Ao propormos o presente voto de congratulações, pretendemos ensejar de forma clara os cumprimentos deste Poder a todos eleitos, pela disposição de prosseguir trabalhando, de forma voluntária, pelas dezenas de deficientes visuais atendidos pelo Instituto Paranaense de Cegos.

Sala das Sessões, em 26.04.93.

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO N° 924

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação em ata de voto de congratulações e regozijo pela passagem de mais um aniversário de criação do município de Altamira do Paraná, que acontece no dia 27 do corrente mês.

Sala das Sessões, em 26.04.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

#### REQUERIMENTO N° 926

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Guaratuba pela passagem, no dia 29 de abril próximo, de seus 222 anos de emancipação política.

Sala das Sessões, em 26.04.93.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Guaratuba, que no próximo dia 29 de abril festeja seus 222 anos de emancipação política é um dos mais antigos do Estado.

Necessidades de ordem militar, principalmente, a tentativa de ocupação da ilha de Santa Catarina, em 1768, por forças espanholas, levaram o governo da Capitania à execução de medidas preventivas, no setor meridional da Capitania de São Paulo, surgindo então a necessidade de elevação de Guaratuba à categoria de Vila.

Assim, dando cumprimento à Portaria de 20 de janeiro de 1770, do Governador Geral de São Paulo, o tenente-coronel Afonso Botelho de Sampaio e Souza, depois de haver

afixado os editais na Vila de Paranaguá e na povoação de Guaratuba, dirigiu-se a esta, em companhia do ouvidor-geral da Comarca Lourenço Maciel Azamor, capitão comandante Francisco Aranha Barreto, Tenente Joaquim Coelho da Luz e mais oficiais e soldados, juntamente com os camaristas de São Francisco, os Padres Comissários Frei João de Santana Flores, Francisco Borges e mais o Padre Bento Gonçalves Cordeiro e a população, erigiu no dia 29 de abril de 1771 em vila a nova povoação, que recebeu o nome de Vila de São Luiz de Guaratuba da Marinha. Das solenidades da fundação da Vila constou a celebração da santa missa, pelo pároco Bento Gonçalves Cordeiro, que foi ajudado pelos padres: Frei João Santana Flores e Francisco Borges.

A 30 de abril de 1771 foi eleita a primeira câmara Municipal, com a aprovação do fundador da Vila e do Ouvidor Geral, que ficou assim constituída: Juiz, Antônio Carvalho Bueno, Vereador mais velho, Antônio de Oliveira; segundo vereador, Manoel de Miranda Coutinho; Procurador do Conselho, Joseph Martins Ferreira; escrivão da Câmara e Tabelião, Constantino José Cardoso. A Câmara prestou juramento na forma do estilo, tendo sido empossada pela Câmara de São Francisco.

Portanto, na significativa data que assinala os 222 anos de Guaratuba, queremos prestar nossa homenagem a essa população trabalhadora, cujo evento marca além do seu registro histórico uma cidade renovada pela fibra do seu povo ao longo de todos esses anos.

A certeza de dias melhores aliada a tudo o que a população de Guaratuba já conquistou com eficientes administradores e com o respaldo de seus representantes, converte-se satisfatoriamente em realidade.

Ao contentamento de toda a população de Guaratuba, o Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, se associa como representante do povo, pois estamos felizes todos nós que vemos hasteada a bandeira da esperança no templo do progresso graças ao Prefeito José Ananias e sua equipe de trabalho.

#### REQUERIMENTO N° 879

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de aplauso ao Doutor Nilton Melchhiades da Silva, Superintendente do IBAMA no Paraná, pela brilhante condução nos trabalhos de entendimentos com os agricultores e outras classes do Paraná na questão da Mata Atlântica.

Sala das Sessões, em 26.04.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

#### JUSTIFICATIVA:

A situação desesperadora dos que produzem com a terra no litoral paranaense com o advento do decreto lei da Mata Atlântica, esteve sempre insustentável não havendo condições de compor entre aqueles que pregam uma ecologia fantasiosa e o progresso alternativo. Para mostrar que o Paraná através de suas entidades representativas sabe o que quer e onde chegar há mais de 120 dias foi realizada a formação de uma FUNDAÇÃO onde participam Agricultores, Prefeitos e Representantes de Classes, e todas as quartas-feiras foram realizadas reuniões no auditório da Federação de Agricultura do Estado do Paraná - FAEP, que além de ceder sua dependência ainda colocou a disposição a sua estrutura administrativa. Naquele local os interessados discutiam amplamente as questões da Mata Atlântica conseguindo com uma unidade impressionante a revogação de um decreto e sanção de outro, que ficou com a regulamentação para ser discutida e realizada o mais rapidamente possível.

Desde do início da Fundação que seus integrantes receberam toda a assistência necessária do atual Superintendente do IBAMA no Paraná Doutor NILTON MELCHIADES DA SILVA, que com seus Assessores de confiança buscavam de forma objetiva encontrar um denominador comum, num alinhamento moderno somando a força dos que divulgam a ecologia com os que produzem na terra.

Sempre disponível para discutir amplamente o assunto, baseado nas determinações legais o Superintendente do IBAMA, mais recentemente quando da formação de um Acordo de Cooperação Técnica teve papel importante na solução parcial da questão, com uma conduta das mais sérias, mostrando seus conhecimentos técnicos e buscando viabilizar uma condição legal de atendimentos, por essa razão recebeu de todos os participantes os cumprimentos pela sua atuação.

#### REQUERIMENTO N° 878

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja designada a data de 06 de maio próximo vindouro para realização de Sessão Solene para outorga de título de Cidadania Benemerita do Paraná ao Excelentíssimo Senhor Doutor Ruy Noronha de Miranda, conforme o disposto na Lei Estadual n° 9683, de 05 de setembro de 1991, bem como lançamento do livro "Coisas & Loisas", da escritora e servidora deste Poder, Lidia Fazini Ferraro, cuja renda será revertida para a Fundação Pró-Hansen.

Sala das Sessões, em 26.04.93.

(a) ALGACI TÚLIO

## REQUERIMENTO N° 934

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, usando suas atribuições regimentais e tendo em vista a necessidade de formalização da comissão já existente nesta Casa, em defesa da unidade territorial do Paraná, vêm propor a constituição desse órgão interpartidário, com indicação de membros por parte das bancadas. Até um limite de 07 (sete) Deputados, para coordenar as ações em curso visando à sustentação da integridade paranaense, inclusive junto ao Congresso Nacional durante a fase de revisão constitucional.

A Comissão Interpartidária pela Unidade do Paraná, será formada por um Presidente, um Vice-Presidente um Secretário Geral e membros. Terá suporte de pessoal e instalações da Casa e será considerada órgão temporário para efeitos regimentais.

Sala das Sessões, em 26.04.93.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, ORLANDO PES-SUTI, BASÍLIO ZANUSSO, OSWALDO TREVISAN, TOTI COLAÇO, EURIDES MOURA, COSTENARO NETO, LUIZ CARLOS ZUK e CÉSAR SILVESTRI.

## REQUERIMENTO N° 902

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja oficiado ao Senhor Governador do Estado, o envio de expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de que em caráter de urgência, promova o policiamento de que em caráter de urgência, promova o policiamento no Colégio Dona Branca Miranda, localizado na Rua Jorge Bom, no bairro do Bacacheri. Os pais dos alunos estão preocupados e inseguros em mandar seus filhos ao colégio devido um carro de marca Parati, na cor preta, sem placa, e com quatro elementos desconhecidos estarem perseguindo os alunos. A situação no local é de intranquilidade para que se evite algum acontecimento mais grave.

Sala das Sessões, em 26.04.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

## REQUERIMENTO N° 880

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário envio de expediente ao Exmo. Senhor Secretário de Educação do Estado do Paraná, Professor Elias Abraão, solicitando ônibus e veículos para os estudantes do município de Reserva.

Pois a abrangência de área dos Distritos é grande e necessária, pois se faz um meio de locomoção para os estudantes não abandonarem as escolas.

Sala das Sessões, em 26.04.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

## JUSTIFICATIVA:

O município de Reserva, com uma área de aproximadamente 1718 Km<sup>2</sup>, um município essencialmente agrícola, com uma população de 30000 habitantes, dos quais na sua maioria reside no quadro rural.

Sendo assim o Município se obriga a colocar vários veículos à disposição do transporte escolar, inclusive com horários intercalados, visto que o número de estudantes que se deslocam do campo para a cidade é grande.

Desta forma a Prefeitura não vem conseguindo atender a demanda, e por isso necessita deste recurso através da Secretaria de Educação, para dar continuidade no setor de transporte escolar.

## REQUERIMENTO N° 881

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, se oficie ao Senhor Secretário de Transportes Mário Pereira, REQUERENDO a construção de pontes sobre os rios Taquari de Cima, Roça Velha e Engenho Velho, nos Distritos de Taquari dos Polacos, Mato Queimado, Itaiacoca e Colônia Dourado no Taquari, todos distritos de Ponta Grossa, bem como a recuperação de trechos de estradas vicinais nos distritos citados, pois essas pontes e estradas são fundamentais para o escoamento da produção agrícola.

A Prefeitura de Ponta Grossa, como sempre o fez e fará a sua parceria, com parte do material e preparos outros para o objetivo ser alcançado, que é a melhoria do sistema viário dos distritos da cidade.

Sala das Sessões, em 26.04.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

## REQUERIMENTO N° 882

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja encaminhado expediente e abaixo assinado em anexo, solicitando ampliação no número de ônibus metropolitanos da empresa Castelo Branco, que atende a linha de Campina Grande do Sul, em mais dois carros para o terminal do Jardim Paulista a Campina Grande do Sul.

Sala das Sessões, em 26.04.93.

(a) CARLOS SIMÕES

## REQUERIMENTO N° 883

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Roberto Requião de Mello e Silva, Go-

vernador do Estado do Paraná, substanciado em pedido de que reavalie as considerações do Despacho Secretarial nº 39/92, de 16 de outubro de 1992, emitido pelo Excelentíssimo Senhor Luís Gastão de Alencar Franco de Carvalho, Secretário de Estado da Educação.

Sala das Sessões, em 26.04.93.

(a) DIRCEU MANFRINATO

JUSTIFICATIVA:

O Despacho Secretarial nº 39/92, de 16 de outubro de 1982, emitido pelo Secretário de Estado da Administração, Exmo. Senhor Luís Gastão de Alencar Franco de Carvalho, deu nova interpretação ao artigo 40, inciso III, b, da Constituição Federal, não considerando para efeitos da aposentadoria especial, de que trata o dispositivo constitucional retro mencionado, aquelas professoras que se encontravam à serviço do Estado na Secretaria de Estado da Educação.

Sanando uma deficiência do próprio Estado, que não dispõe de um quadro próprio para a Secretaria de Educação, as professoras foram surpreendidas por esta medida, já que, não podiam imaginar que o dispositivo constitucional supra citado, fosse interpretado de modo a prejudicar aqueles que proporcionaram uma economia tremenda ao Estado, evitando a criação de centenas de novos cargos.

Por outro lado, concordamos com a posição do governo, desde que tenha efeitos "ex nunc", não prejudicando assim, os que foram pegos de surpresa, e promovendo, deste modo, o exercício do magistério.

REQUERIMENTO Nº 884

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado da Educação e ao Sr. Diretor Superintendente da Fundação Educacional do Paraná - FUNDEPAR, solicitando estudos para construção de uma escola estadual, a fim de abrigar alunos de 5.<sup>a</sup> a 8.<sup>a</sup> série do 1º grau e do 2º grau, com 8 a 10 salas de aula, na sede do município de Mandirituba.

Sala das Sessões, em 26.04.93

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Nosso pleito está firmado na decorrência da demanda de alunos que concluem a 8.<sup>a</sup> série do 1º grau e a oferta de espaço físico no estabelecimento de 2º grau é precária, inclusive com salas funcionando no prédio da Prefeitura do Município, em condições não recomendáveis para um bom aproveitamento para os alunos e em prejuízo aos professores que contam com material didático precário pelo menos no mínimo exigido.

Curitiba, segunda, em 26.04.93

Com a construção de um estabelecimento de ensino, com um mínimo de 8 (oito) salas, poderá se evitar a evasão de alunos para outros municípios que ofereçam melhores condições para quem deseja prosseguir seus estudos. É dever do Estado proporcionar e oferecer oportunidade aqueles que desejam melhorar seus conhecimentos e contribuir para a melhoria do nível educacional de seu País.

REQUERIMENTO Nº 885

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Educação do Estado do Paraná, bem como ao Senhor Presidente da FUNDEPAR, para que os mesmos autorizem a construção de estabelecimento escolar no Bairro de Olarias, no Município de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 26.04.93

(a) LUIZ CARLOS ZUK

JUSTIFICATIVA:

O bairro de Olarias, no Município de Ponta Grossa, já possui uma Escola Estadual, mas infelizmente não mais abriga o elevado número de alunos, obrigando muitas crianças se deslocarem até outros estabelecimentos de ensino, nos bairros distantes.

REQUERIMENTO Nº 887

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação, solicitando recursos para ser adquirido um aparelho de vídeo-K7, uma televisão e uma antena parabólica para o Colégio Estadual de Ensino de 1º e 2º Grau Manuel Antonio Gomes, do Município de Reserva.

Sala das Sessões, em 26.04.93

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 888

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Educação, Professor Elias Abrahão, solicitando televisão, vídeo cassete e antena parabólica para o Colégio Estadual Polivalente - Ensino de 1º e 2º grau, de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 26.04.93

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 890

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Educação, Professor Elias Abrahão, solicitando televisão, vídeo cassete e antena parabólica para o Colégio Estadual Gezuíno Marcondes - Ensino de 1º e 2º grau, na cidade de Palmeira.

Sala das Sessões, em 26.04.93

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 891

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Educação, Professor Elias Abrahão, solicitando televisão, vídeo cassete e antena parabólica para o Colégio Estadual Parigot de Souza - Ensino de 1º e 2º grau, na cidade de Inácio Martins.

Sala das Sessões, em 26.04.93

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 892

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Educação, Professor Elias Abrahão, solicitando televisão, vídeo cassete e antena parabólica para o Colégio Estadual Santo Antonio - Ensino de 1º e 2º grau, na cidade de Imbituva.

Sala das Sessões, em 26.04.93

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 893

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Educação, Professor Elias Abrahão, solicitando televisão, vídeo cassete e antena parabólica para o Colégio Estadual São Vicente de Paulo - Ensino de 1º e 2º grau, na cidade de Irati.

Sala das Sessões, em 26.04.93

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 894

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Educação, Professor Elias Abrahão, solicitando televisão, vídeo cassete e antena parabólica para o Colégio Estadual João Negrão Júnior - Ensino de 1º e 2º grau, na cidade de Teixeira Soares.

Sala das Sessões, em 26.04.93

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 895

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação, Professor Elias Abrahão, solicitando televisão, vídeo cassete e antena parabólica para o Colégio Estadual Cândido de Abreu - ensino de 1º e 2º Graus, na cidade de Cândido de Abreu.

Sala das Sessões, em 26.04.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 897

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Saúde, objetivando o envio de medicamentos para a municipalidade de Quinta do Sol.

A quantidade de medicamentos destinada em cada remessa, não tem sido suficiente para atender à toda população, cuja consequência direta é impossibilidade de fazê-lo criando grandiosos transtornos em toda a cidade nessa área de saúde.

Em face dos motivos aqui apresentados, aguarda-se a adoção de medidas objetivando resolver tal problema, restabelecendo o atendimento à altura das reais necessidades do Município.

Sala das Sessões, em 26.04.93.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 898

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário do Trabalho e Ação Social, com o objetivo de solicitar a implantação do Projeto Clube do Irmão Caçula, no Município de Rebouças.

Tal medida, visa o atendimento de crianças, que estejam frequentando a escola dos bairros, cujos pais trabalham fora. Que essa Secretaria de Estado, avalie, e dê o necessário respaldo a tão justa solicitação.

Sala das Sessões, em 26.04.93.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 908

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor

Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, José Moacir Favetti, solicitando a reativação da Delegacia antitóxicos, na cidade de Ponta Grossa.

Delegacia esta criada e que agora necessita de sua reativação, pois a comunidade da cidade e da região, necessitam urgentemente deste órgão de combate às drogas, em benefício de toda a coletividade.

Medidas urgentes devem ser tomadas pois só assim voltaria a paz e a tranquilidade da população no convívio da família pontagrossense.

Sala das Sessões, em 26.04.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO N° 912

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Mário Pereira, digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que seja determinado ao Departamento de Estradas e Rodagem - DER, a construção de uma ponte sobre o rio Claro, na estrada Pedra Branca, em Engenheiro Beltrão.

Sala das Sessões, em 26.04.93.

(a) NELSON GARCIA

#### REQUERIMENTO N° 925

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, o envio de expediente ao Senhor Mário Pereira, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando, em atendimento a requerimento oriundo da Câmara de Vereadores do município de Nova Tebas, sejam concluídas pelo DER, as obras de capeamento asfáltico, do acesso que liga a sede daquele município à rodovia PR-460.

Sala das Sessões, em 26.04.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

#### JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação é decorrente de requerimento aprovado na Câmara de Vereadores Nova Tebas, de autoria dos Vereadores Juarez Meurer, Cláudio Pedro e Severo Leônidas Chochiai, onde cientificam este Poder, a necessidade de que sejam concluídos os trabalhos de recapeamento asfáltico, no trecho especificado, tendo em vista que, o trecho recebeu inicialmente a título experimental, com formas diversificadas de pavimentação asfáltica que, segundo os edis já possibilitam a implantação do capeamento definitivo.

#### REQUERIMENTO N° 927

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve,

Curitiba, segunda, em 26.04.93

no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Governador do Estado, Senhor Roberto Requião, ao Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, Senhor José Durval do Amaral e ao Secretário Especial da Indústria e do Comércio, Senhor Jorge Aloysio Weber, solicitando que tomem providências junto com a comunidade londrinense, quanto ao fechamento da Indústria de Cervejas Skol, naquele município.

Sala das Sessões, em 26.04.93.

(a) EMILIA BELINATI

Apoiamento: Luiz Carlos Martins, Nilton Barbosa, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Zuk, Colmbino Grassano, Severino Félix, Arlindo Troian, Ademair Traiano, Doutor Rosinha, Paulo Maia, Basílio Zanusso, Costenaro Neto, Antônio Annibelli, Ernani Pudell, Rossoni, Algaci Túlio, Mário Bezerra, Élio Rusch, Domingos Carvalho, Júlio Bifon, João Iensen, Cezar Silvestri, José Alves e Namir Piacentini.

#### JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação visa cobrar do Governo Estadual providências, quanto ao fechamento da fábrica da Skol na cidade de Londrina, no último dia 12 de março, deixando desempregados 400 funcionários.

As razões para a presente proposição são econômicas e sociais. Senão vejamos, durante 42 anos esta indústria faz parte da vida londrinense e do Norte do Paraná, sem esquecer que também da história da Região. Toda população se orgulhava da fábrica, que oferecia 400 empregos, beneficiando indiretamente outras centenas de pessoas.

Com a dispensa coletiva, os que dependiam da indústria ficaram desamparados. A fábrica foi fechada sem nenhuma comunicação, sem nenhuma discussão com a comunidade e as autoridades sobre as consequências da decisão e mais, sem nenhum preparo quanto a questão social.

Aconteceu o pior, pois como a crise econômica é grave e generalizada, estes empregos são importantes.

A empresa alega diversos motivos para respaldar seu ato, e mesmo diante dos protestos da população, até o momento não aceitou nenhuma proposta para reverter a situação, feitas pela Prefeitura e outros representantes da comunidade à Direção da Empresa.

O que solicitamos das autoridades estaduais é que, tendo em conta a gravidade do problema, contribuam para que seja encontrada uma solução ao caso.

O interesse e as propostas do Governo

serão bem-vindas, porque Londrina - assim como outras cidades paranaenses - não pode, de modo algum, prescindir de 400 empregos. Esta deve ser uma luta a integrar o Município e o Estado, que têm a responsabilidade de zelar pelo bem-estar dos seus cidadãos.

## REQUERIMENTO N° 928

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições previstas no Regimento Interno, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Digníssimo Senhor Doutor Gilson Ribas, Superintendente Regional dos Correios, solicitando providências para estender os Serviços da Empresa, ao Distrito de Cará-Cará, em Ponta Grossa.

A medida pleiteada irá auxiliar uma gama de pessoas que não são atendidas pelos Correios, nem mesmo através de Carteiro.

Sala das Sessões, em 26.04.93.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

## REQUERIMENTO N° 930

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Senhor Moacir José Favetti, solicitando a construção do prédio para a Delegacia de Polícia e para a cadeia pública, bem como a destinação de uma viatura, para o município de Boa Esperança do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 26.04.93.

(a) OVÍDIO CONSTANTINO

## JUSTIFICATIVA:

São precárias as condições de funcionamento da Delegacia de Polícia e Cadeia Pública do Município de Boa Esperança do Iguaçu, especialmente pelo limitado espaço físico disponível. Funciona num pequeno pavimento do mesmo prédio a EMATER, o Posto de Saúde, a Delegacia e a Cadeia ressaltando-se que a Delegacia e a Cadeia funcionam num compartimento do referido prédio, espaço este incompatível com a necessidade de tratamento adequado conforme a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Cumpra-nos relatar também, que o município de Boa Esperança do Iguaçu, recém-emancipado de Dois Vizinhos, apesar da pequena arrecadação, efetua o pagamento de aluguel para o BANESTADO e EMATER, além de remunerar o salário do Delegado de Polícia e o Diretor do Colégio de 2° Grau, que são competências do Estado.

A aquisição de uma viatura para o município facilitará a ação de segurança pela manutenção da ordem.

## REQUERIMENTO N° 931

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Presidente da República ITAMAR FRANCO e ao Presidente da Câmara dos Deputados INOCÊNCIO DE OLIVEIRA, solicitando seja garantido, na regulamentação do Imposto Provisório Sobre Movimentação Financeira (IPMF), no que diz respeito a aplicação em Programas Sociais, a destinação de recursos para o Programa do Leite.

Sala das Sessões, em 26.04.93.

(a) OVÍDIO CONSTANTINO

## JUSTIFICATIVA:

Mais de 35 milhões de pessoas, sendo a maioria crianças, e com tendência de aumentar ainda mais, literalmente, passam fome hoje, no País, consequência da falta de alternativas de sobrevivência ou seja, pelo desemprego.

Embora entendamos que a solução dos graves problemas do País, como o desemprego, falta de habitação, falta de Política Agrícola e Agrária, somente poderão ser resolvidos através de mudanças de caráter estrutural, é de fundamental importância, na Regulamentação do Imposto Provisório Sobre Movimentação Financeira (IPMF), a destinação de parte significativa dos recursos arrecadados a Programas de Educação, voltadas às crianças e aos adolescentes, minimizando o alto índice de desnutrição e de mortalidade infantil.

## REQUERIMENTO N° 899

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de ofício à Secretaria de Estado da Administração, solicitando as informações abaixo especificadas da Senhora ORTENILIA MARIA ZABOTT LAVARDA, RG. 9.106.559-2.

- a) Se a pessoa em referência foi funcionária pública estadual, e no caso afirmativo, em que órgãos do governo prestou serviços e em que período;
- b) Se é aposentada ou pensionista do Estado, e se afirmativo, qual o motivo da concessão e qual o valor que recebe mensalmente.

Sala das Sessões, em 26.04.93.

(a) NEREU MOURA

## JUSTIFICATIVA:

Com as informações prestadas pela Secretaria da Administração, pretendemos esclarecer à comunidade de São João, se a Sra. Ortenilia Maria Zabott Lavarada, vem recebendo recursos dos cofres públicos e a que título, uma vez que existem dúvidas quanto à legalidade do benefício concedido.

REQUERIMENTO N° 900

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja solicitado à Secretaria de Segurança Pública, informações e cópia da Lei que regulamenta o FUNRESPOL, que é cobrado pelas delegacias de Polícia Civil do Estado do Paraná, e qual a destinação da referida verba.

Sala das Sessões, em 26.04.93.

(a) CARLOS SIMÕES

REQUERIMENTO N° 901

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja feito expediente ao Senhor Governador do Estado, para que seja atendido o seguinte PEDIDO DE INFORMAÇÕES, por parte do órgão competente:

- 1 - Por quê está sendo descontado duas vezes o Fundo Previdenciário da Senhora HORTÊNCIA DE SOUZA MIRANDA, se recebe um pagamento de aposentadoria e outro de pensionista?
- 2 - Por quê começaram a descontar no mês de março/93 a pensão no contra-cheque de aposentadoria se, em 28 de dezembro de 1988, foi deferido seu pedido de Cancelamento de Contribuição do Desconto, sob protocolo n° 306.031-4/88?
- 3 - Qual a finalidade do Fundo Previdenciário que vem sendo descontado mensalmente?

Sala das Sessões, em 26.04.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

JUSTIFICATIVA:

O presente PEDIDO DE INFORMAÇÕES tem por finalidade esclarecer à Sra. Hortência de Souza Miranda, funcionária pública estadual aposentada, inscrita no Instituto de Previdência do Estado - IPE, sob Registro Geral n° 188.498-0, viúva, que não possui nenhum filho dependente e que tem mais de 66 anos de vida, sobre os descontos que vem sofrendo nos seus pagamentos de aposentada e pensionista. Anexo seguem as cópias dos contra cheques de aposentadoria e pensão respectivamente, bem como a cópia da solicitação de cancelamento de contribuição, objetivando comprovar os dados relatados no nosso Pedido de Informações.

REQUERIMENTO N° 936

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, e na forma regimental, REQUER a Vossa Excelência, o encaminhamento, ao Senhor Dr. José Moacir Favetti, DD. Secretário de Estado da Segurança Pública, do seguinte:

PEDIDO DE INFORMAÇÃO:

- 01 - Em que data foi implantado, em Curitiba, o sistema módulos policiais?
- 02 - Quantos módulos foram construídos?
- 03 - Qual foi o custo para o Estado, com a implantação e construção dos módulos policiais?
- 04 - Quantos módulos estão sendo utilizados no momento?
- 05 - Quantos módulos foram desativados?
- 06 - Quantos policiais trabalham hoje nos módulos?
- 07 - Que destino está sendo dado aos equipamentos dos módulos desativados?
- 08 - Qual a razão, ou razões, que levaram a Segurança Pública a desativar o sistema de módulos?
- 09 - Qual a razão dos módulos, já desativados, continuarem ocupando espaços nos logradouros públicos, servindo a outros fins como: quitanda, morada de sem teto, etc?
- 10 - A Secretaria de Segurança Pública, ou outro órgão do Governo, tem plano para utilização dos módulos desativados? Se tem, qual?
- 11 - Qual a possibilidade dessa Secretaria formar uma parceria com o município de Curitiba para que este assuma os módulos desativados utilizando-os como ponto de informações, encaminhamento aos serviços de segurança pública, e outros de interesse público?
- 12 - Ou ainda, existe possibilidade e interesse da Segurança Pública do Estado, em manter convênio com a Prefeitura de Curitiba para, através do serviço da Guarda Municipal, utilizar os módulos para prestação dos primeiros atendimentos às vítimas de violência e outros?

Sala das Sessões, em 26.04.93.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 935

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER a Vossa Excelência o encaminhamento, ao Excelentíssimo Senhor José Moacir Favetti, Secretário de Estado da Segurança Pública, do seguinte

PEDIDO DE INFORMAÇÃO:

O crescimento dos índices de violência em todo o Estado do Paraná, exigem a tomada de medidas enérgicas por parte dos órgãos responsáveis pela segurança pública no Estado. De acordo com reportagem, publicada no último dia 18 pelo jornal Gazeta do Povo, a Secretaria da Segurança Pública, como forma de garantir uma melhor segurança à população da Capital do Estado, lança em breve o projeto denominado "POVO". Todavia, alguns pontos abordados

sem muita clareza na extensa reportagem, exigem esclarecimentos que poderão contribuir para o sucesso de projeto tão necessário à população paranaense. O que justifica a apresentação do "Pedido de Informações" seguinte:

- 01 - Quantos policiais saíram das Corporações, Militar e Civil, no presente Governo?
- 02 - Quantos PM's foram admitidos para o trabalho no BANESTADO?
- 03 - Atualmente 2.000 (dois mil) PM's prestam serviço nas agências do BANESTADO. É correto esse número?
- 04 - Quanto gasta o Estado com esses policiais, no BANESTADO? (salários, férias, 13º, assistência médica, etc.)
- 05 - Os bens (equipamentos, etc) adquiridos pelo BANESTADO e cedidos à PMPR, através convênio, incorporam ao patrimônio do Estado ou ficam com o Banco?
- 06 - Está previsto pela Secretaria de Segurança a aquisição, para PMPR, de mil telefones celulares, segundo a citada reportagem. Indaga-se: quantos telefones celulares já foram adquiridos?
  - a) Qual o custo de compra destes e do total a ser adquirido?
  - b) Qual o custo da manutenção dos telefones celulares?
  - c) Os mil telefones terão um único número?
  - d) Qual o plano para o uso adequado dos telefones celulares?
- 07 - Não seria mais fácil, prático e rápido o usuário pedir socorro através do telefone "190" (ligação gratuita) e o COPOM acionar a Kombi (projeto POVO) via rádio?
- 08 - Qual o custo de ligação via celular?
- 09 - Na hipótese de existir um número para cada telefone celular, como o usuário conseguirá gravar o número? (número comum de telefone)
- 10 - Como ficará o uso das motocicletas (200) com o clima frio e úmido de Curitiba? Considerando que o custo desta é igual a de um carro de médio porte, estes não seriam mais convenientes ao uso na Capital do Estado?
- 11 - Segundo consta, já foram adquiridas 50 (cinquenta) motocicletas neste Governo para Curitiba. Elas são utilizadas constantemente? Onde? Em que tipo de trabalho?
- 12 - Segundo a reportagem da Gazeta do Povo, 4 (quatro) PM's serão utilizados, no novo sistema - POVO - sendo dois nas Kombis e dois nas motos. Considerando que serão colocados 400 (quatrocentos) policiais em cada turno - 200 nas kombis e 200 nas motocicletas em 24 horas serão necessários 1.600

(um mil e seiscentos) PM's. Indaga-se: a) Por que a inclusão de apenas 600 PM's?

- 13 - Como estão distribuídos, hoje, os 15 mil Policiais Militares que integram a corporação militar do Estado? (Quantos na Capital e onde e quantos no interior e onde).

Sala das Sessões, em 26.04.93

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO N° 889

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserida na Ata dos trabalhos de hoje, a coluna "Opinião", do Jornal Diário da Manhã, escrita pelo jornalista Adail Ingles, sob o título "O Perigoso Voto de Protesto".

Matéria esta que por si só engrandece e fortalece o regime democrático pelo seu conteúdo demonstrando ao eleitor brasileiro o que deve realmente levar a decisão da opção de escolha do seu voto.

Requer seja dada ciência ao jornalista, do Diário da Manhã, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 26.04.93

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### Projeto de Resolução:

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 007/93

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### R E S O L V E:

Art. 1° - O Poder Legislativo do Estado do Paraná, durante o período ordinário de suas legislaturas, sem prejuízo de seus trabalhos normais, no intervalo mínimo de noventa (90) dias, exceto no período de recesso parlamentar, a partir das sextas-feiras, em acordo com o disposto pelo artigo 122, § 2°, VII, do Regimento Interno, poderá transferir e instalar seus trabalhos, nos municípios sede das microrregiões do Estado, na forma de Assembléia Legislativa Itinerante.

Parágrafo Único - Os trabalhos da Assembléia Legislativa Itinerante, constituir-se-ão de sessões especiais, na forma de simpósios, onde serão discutidos e procedidos estudos voltados à solução de problemas administrativos e regionais de competência e manifestação deste Poder, encaminhados pelos respectivos representantes dos municípios da microrregião.

Art. 2° - A regulamentação dos trabalhos da Assembléia Legislativa Itinerante, os membros que a integrarão, os servidores que nela prestarão serviços, serão definidos através de ato próprio da Comissão

Art. 3º - As despesas decorrentes da implantação do disposto no artigo 1º desta Resolução, serão provenientes do Orçamento próprio deste Poder, podendo ainda, serem originários de convênios a serem celebrados com os municípios interessados na instalação da Assembléia Legislativa Itinerante nas suas sedes microrregionais.

Art. 4º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.04.93

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

A queda de credibilidade do Poder Legislativo nos tempos vividos é indiscutível. Veja-se o resultado do recente plebiscito, onde consultada a população, o índice ao parlamentarismo foi insignificante.

Sem dúvida, tal resultado reflete a desconfiança do povo brasileiro em seus representantes no Parlamento.

Tal circunstância nos parece preocupante e, sem dúvida nos obriga a rever o papel do parlamento no seio da sociedade brasileira.

Com atribuição e função relevante na ordem institucional, é fundamental que o Poder Legislativo, através do revigoramento de suas atribuições e prerrogativas, reveja e revitalize o seu papel.

Distante da fiscalização dos eleitores, perde-se muitas vezes não em sua unanimidade, mas por ações ou omissões altamente comprometedoras, que colocam em cheque, através dos noticiosos sensacionalistas, sua credibilidade.

O presente projeto de resolução, além da preocupação de resgatar a credibilidade do Poder Legislativo no âmbito do Estado do Paraná, tem como preocupação maior, contribuir de forma efetiva para a solução dos mais relevantes problemas que afligem as administrações e populações do nosso Estado.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 137/93

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica instituído no Estado do Paraná o "Dia da Habitação", a ser comemorado anualmente, aos 14 dias do mês de maio.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA:

Toda pessoa tem o direito de morar com dignidade. A precariedade de moradia é o mais flagrante indicador da injustiça social. A política Habitacional preconizada pelo Governo Roberto Requião, reflete compromisso fundamental com a justiça social, reconhecendo pelos programas implementados a necessidade de uma ação mais efetiva na questão de moradia.

O Paraná é um dos estados mais ricos e desenvolvidos do País, dispondo de peso expressivo na economia brasileira, tanto na área agrícola como em alguns setores industriais, onde emerge entre os principais produtores. Para o produto nacional sua contribuição é de cerca de 6%, sendo assim, o quinto maior produtor entre os Estados. Sua população representa 6,4% da população brasileira, constituindo-se no sexto Estado em número de habitantes. Possui uma das melhores redes viárias do País, sendo o suporte de infra-estrutura energética, de saneamento, de transportes e de telecomunicações de reconhecida qualidade.

Se bem que o Paraná apresente crescimento regional acentuado, constituindo-se em quase uma exceção dentro do contexto nacional, nem por isso os problemas sócio-econômicos estão podendo ser equacionados plenamente. Ao contrário, a marginalidade e a anomalia social atingem índices elevados afetando a maioria da população paranaense. Se a renda "per capita" paranaense apresenta-se relativamente alta, isto reflete o avanço econômico regional que no entanto, não representa uma maior ou mais justa distribuição de renda. A concentração de renda é muito acentuada, obrigando a maioria da população a viver em condição de vida extremamente precárias. A falta de moradias é reveladora dessa realidade, constituindo uma questão social também no Paraná.

Em face dessa situação o governo do Paraná, além dos programas habitacionais convencionais, priorizou o desenvolvimento de programas alternativos, voltados principalmente, ao atendimento de setores mais empobrecidos da população.

Os programas desenvolvidos, reconhecidos nacionalmente, como das mais eficientes e promissoras respostas governamentais ao problema da moradia para os mais carentes, estão contudo, seriamente ameaçados em sua continuidade, apesar de seus inequívocos efeitos sociais.

A crítica situação enfrentada pela economia e sociedade brasileiras, vem acelerando o empobrecimento e a marginalidade social de amplas e cada vez maiores camadas populacionais, acentuando as dispari-

dades sociais, colocando em risco, inclusive, o incipiente processo de democratização, nos motivou a apresentação do presente plano de lei, que marcará a partir de sua aprovação e vigência, anualmente o sinal de alerta e a constante preocupação dos ocupantes do poder para esta e quase insolúvel questão.

A data sugerida, corresponde a justa homenagem que se pretende prestar à Companhia de Habitação do Paraná, criada em 14 de maio de 1965 e, que já tão relevantes serviços prestou ao Paraná, na área da construção de habitação popular.

#### PROJETO DE LEI N° 138/93

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo Estadual, autorizado a criar o Serviço Estadual de Aprendizagem Rural - SEAR.

Art. 2° - O Serviço Estadual de Aprendizagem Rural - SEAR, será coordenado pela Secretaria de Educação do Estado do Paraná, com a participação das Cooperativas Agrícolas, Federações e Sindicatos ligados ao ramo agro-silvi-pastoril, com a responsabilidade de garantir o quadro técnico e pedagógico.

Art. 3° - O SEAR, funcionará administrativamente nos núcleos regionais da Secretaria de Educação do Pr., distribuídos nas diversas regiões político-administrativas do Governo Estadual.

Art. 4° - Os cursos profissionalizantes do SEAR, poderão ser realizados nos próprios da Rede de Ensino Oficial do Estado do Paraná, bem como em propriedades particulares, públicas ou escolas cedidas ou conveniadas.

Art. 5° - Os calendários escolares da rede oficial de ensino do Estado, serão organizados em conjunto com o calendário de cursos ofertados pelo SEAR, de modo a possibilitar o acesso aos cursos, sem prejuízos às atividades escolares formais.

Art. 6° - Das funções do Serviço Estadual de Aprendizagem Rural.

§ 1° - Capacitar alunos das escolas públicas de 1° e 2° graus, que integram os municípios das microrregiões onde encontram-se sediados os núcleos regionais da Secretaria de Educação do Estado do Paraná, sem afastá-los, por longo período, de suas famílias.

§ 2° - Objetivar a elevação do nível de vida das famílias por meio de melhores conhecimentos de administração e capacita-

ção do processo produtivo no meio rural.

§ 3° - Oportunizar a aquisição de novos conhecimentos tecnológicos que habilitem o jovem a intervir no meio rural onde vivem sendo agentes de transformação, promovendo maior produtividade nos meios rurícolas.

§ 4° - Oferecer cursos, principalmente na entressafra, sobre: agricultura, suinocultura, manejo integrado do solo, bovinocultura do leite, piscicultura, apicultura, silvicultura, armazenamento e secagem de cereais, irrigação, olericultura, cooperativismo, mecanização, ovicultura e outros que se fizerem necessário a capacitação do jovem agricultor.

§ 5° - Estimular os jovens a desenvolverem suas potencialidade e aptidões para um aprofundamento em cursos a nível de ensino de 2° grau, relacionados com a vida no meio rural.

§ 6° - Orientar o jovem quanto a possibilidade de trabalho no meio rural, com condições de vida normal evitando evasão escolar e também êxodo rural.

Art. 7° - Esta lei entrará em vigor 90 dias após a sua publicação, ficando revogadas as suas disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.04.93.

(a) TOTI COLAÇO

#### PROJETO DE LEI N° 139/93

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública, a Associação de Proteção a Maternidade e a Infância, com sede no município de Quinta do Sol.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.04.93.

(a) TOTI COLAÇO

#### PROJETO DE LEI N° 140/93

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública, a Associação dos Fumicultores e Agrícolas de Rio Azul, com sede no município de Rio Azul.

Art. 2° Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.04.93.

(a) TOTI COLAÇO

JUSTIFICATIVA:

Visa o presente plano de lei, decla-

rar de Utilidade Pública, a Associação dos Fumicultores do município de Rio Azul, em face ser Aquela entidade, de fundamental importância para os agricultores e plantadores de fumo. Visa a entidade, a assistência gratuita a seus associados, de assessoramento no que tange a novas técnicas a ser introduzidas no meio, além do que contribuir para a sociedade local, para o fortalecimento dos pequenos e médios agricultores.

PROJETO DE LEI N° 141/93

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica instituído o Cadastro das Pessoas Portadoras de qualquer tipo de deficiência física e/ou mental, moradores no território do Estado do Paraná.

Art. 2° - O Governo do Estado, através da Secretaria de Saúde, fica autorizado a firmar convênios com as administrações municipais, com a finalidade de implantar as ações decorrentes ao fiel cumprimento desta lei.

§ 1° - A regulamentação da presente lei será feita com a participação efetiva dos órgãos públicos ou privados, e entidades de apoio às pessoas portadoras de deficiência.

§ 2° - A regulamentação da presente lei deverá ocorrer no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data da publicação.

Art. 3° - Para maior eficiência das ações necessárias à implantação do cadastro de que trata esta lei, o Estado viabilizará esforços no sentido de promover o conhecimento e acesso da população ao referido cadastro.

Art. 4° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.04.93.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

O Estado do Paraná não possui estimativas reais do número de deficientes, tipos de deficiências e incidências por região.

Não há número exatos, e os dados existentes baseiam-se em estimativas, são números imaginários, sem bases sólidas.

A desinformação não permite confiabilidade nas atuais informações, tornando difícil traçar-se uma real política para o atendimento das diversas áreas de deficiências.

A realidade em torno da questão é muito vaga, e urge a implantação de um cadas-

Curitiba, segunda, em 26.04.93

tro de deficientes, tipos de deficiências detectadas e sua incidência nas diversas regiões do Estado. Este trabalho facilitaria todas as ações voltadas à prevenção e até ao combate às causas, que sabemos ser possível em alguns tipos de deficiências. Em muitos casos, os problemas surgem em decorrência da poluição, contaminação da gestante por agrotóxico, e mesmo, por desinformação dos indivíduos.

Sendo a saúde direito de todos e dever do Estado em dar-lhes acesso, como consta da Constituição, cabe a este garantir políticas sociais que visem a prevenção, redução e tratamento das doenças e possíveis agravantes, da mesma forma que dar condições e acesso igualitário às ações e serviços de saúde para a população a fim de viabilizar a recuperação e proteção dos deficientes.

O acesso de entidades de apoio, sejam oficiais ou não, às informações embasadas na realidade, somente viria a facilitar o trabalho voltado a atender àqueles que por motivos diversos estão impedidos de viver a vida como pessoas normais, em virtude de deficiências físicas ou mentais.

Diante do exposto, propomos aos nobres Pares desta colenta Casa de Lei o presente, na expectativa de contarmos também com o imprescindível apoio de Vossas Excelências.

PROJETO DE LEI N° 142/93

Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação Baden Powell de Curitiba", com sede e foro nesta Capital.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.04.93.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A Associação Baden Powell de Curitiba - ABAP, é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, com finalidades filantrópica e educacional que, entre outras coisas, patrocina o Grupo de Escoteiro do mesmo nome. Preenche a ABAP todos os requisitos legais para que se efetive a declaração de utilidade pública, e suas atividades são declaradamente sociais e beneficentes, de modo que entendemos altamente relevante a declaração em tela, para a qual encarecemos a aprovação do nobres pares com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N° 143/93

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública, o Lar dos Velhinhos "São Judas Tadeu", com sede no município de Quinta do Sol.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.04.93.

(a) TOTI COLAÇO

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei, visa reconhecer de utilidade pública o Lar dos Velhinhos "São Judas Tadeu, com sede no município de Quinta do Sol, em face ser aquela entidade, instrumento poderoso no auxílio e amparo aos velhos no Município, procurando através das contribuições que recebe garantir o mínimo de dignidade ao mesmos. Com a declaração do ponto de vista legal, estará aquela entidade filantrópica em condições de pleitear em nível Estadual e Federal, recursos financeiros e demais auxílios, que tanto necessitam.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - No Pequeno Expediente, concedemos a palavra ao Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Senhor Presidente, Senhores Deputados, nobres Prefeitos visitantes que nos honram com as suas presenças na tarde de hoje.

O Paraná é testemunha, através da Polícia Federal, de ser um dos Estados que mais combate o tráfico de droga e principalmente dá o exemplo nacional de que aqui em solo paranaense tentam de todas as formas possíveis, apesar da nossa fronteira, fazer com que esse corredor onde infelizmente alimenta a viciosidade do País e do mundo, o Paraná seja um exemplo de dedicação ao combate do tráfico de drogas.

Ponta Grossa, a nossa cidade, apesar do esforço do Governo do Estado, na pessoa do Deputado Djalma de Almeida César que levou a nossa cidade a Delegacia Antitóxica, que, infelizmente, há mais de 6 meses está sem o seu titular. E nós neste dia estamos entrando nesta Casa para que a autoridade maior da segurança neste Estado retorne ao nosso domicílio o delegado titular, ou outro que seja remanejado e que seja titular naquela importante Delegacia.

Ponta Grossa é uma das maiores cidades deste Estado, com uma Universidade que ultrapassa os 10 mil alunos, onde realmente o intercâmbio cultural, econômico e social é feito com todo o Brasil e parte da América do Sul, merece a atenção devida e a presença de um delegado antitóxico na nossa cidade. Porque chegou-se ao cúmulo, Senhor Presidente, Senhores Deputados, de no

dia da Páscoa uma viatura da nossa Prefeitura Municipal da cidade ser colocada à disposição da Justiça Eleitoral onde, através de dois funcionários da Prefeitura de Ponta Grossa, se deslocaram para o Mato Grosso, em Aripuanã e lá foi apreendido o carro da Prefeitura com aqueles servidores e mais dois acompanhantes com 10 quilos de maconha, que foram buscar não pela primeira vez com o carro oficial da Prefeitura de Ponta Grossa, mas por diversas vezes. Vão buscar maconha para ser distribuída para a família de Ponta Grossa.

Sua Excelência, o Prefeito atual, Paulo Cunha Nascimento, não tem participação alguma, porque nós lá estivemos com o Prefeito sabendo das medidas que tomou para o interesse da família pontagrossense ser preservado. Aqui neste dia indagamos porque conhecemos a lei, que todo o carro apreendido com drogas faz parte do patrimônio da União. E como ficará o carro da Prefeitura de Ponta Grossa, que foi apreendido pela Polícia Federal com tráfico de droga, sendo ele um patrimônio do povo pontagrossense e como será realmente o final desta apreensão?

Estamos entrando, Senhor Presidente e Senhores Deputados, com um pedido e estaremos reforçando a posição administrativa da nossa cidade, pedindo a liberação daquele veículo ao patrimônio público do povo de Ponta Grossa.

E, para finalizar, gostaria de dizer que realmente Ponta Grossa, em matéria de segurança, deixa muito a desejar, apesar dos esforços envidados de todas as formas possíveis. Mas agora com um novo delegado, com uma nova filosofia, uma nova participação administrativa do Estado haveremos de sanar estas irregularidades.

Era isto, Senhor Presidente e Senhores Deputados!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Ainda no Pequeno Expediente, nobre Deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA - Senhor Presidente, Deputado Hermas Brandão, Senhores Deputados.

Venho hoje a esta tribuna para ressaltar uma obra significativa, desenvolvida pelo Governo do Paraná, Governador Roberto Requião.

Nós temos ouvido, aqui nesta Assembleia, alguns Parlamentares fazendo insinuações de que o Governo do Paraná não tem apresentado um programa de obras que atenda às expectativas do povo paranaense.

Contudo, Senhor Presidente, imaginamos que declarações como esta sejam daquelas pessoas que não visitam o nosso Estado, são pessoas que não andam pelo interior do

Paraná; e não vêem a obra significativa desenvolvida pelo Governador do Estado. Quero fazer referência, Senhor Presidente, ao Programa de Saneamento Rural, desenvolvido pela SANEPAR, que busca levar água tratada às famílias do povo paranaense. Um programa que já construiu mais de 1.800 poços artesianos a preços significativos.

O Governo do Estado, além de fazer a perfuração, consegue ainda o município a bomba e o quadro de comando, totalizando neste investimento por poço artesiano, 8 mil dólares.

É significativa a soma. E muito mais significativos são os benefícios que as comunidades do Paraná têm recebido, em função deste relevante programa do Governo do Estado. São obras que não são politiquieiras. Não são obras vultosas. Mas, são obras que levam benefícios fantásticos à população do Paraná. Temos municípios, já, Senhor Presidente Hermas Brandão, com cem por cento de água tratada, toda a comunidade de municípios, como Ibema, no oeste do Estado, com cem por cento de sua água tratada, distribuída à população gratuitamente, neste fantástico Programa desencadeado pelo Governo do Estado, através da SANEPAR, tendo na Presidência o Engenheiro Stênio Jacob.

Quero fazer esta manifestação, porque tenho sentido no oeste e no sudoeste do Paraná, a satisfação do povo paranaense, por ter elegido um Governo que tem sabido traduzir, com obras simples, com obras que atendam de fato os interesses do nosso povo, os interesses da população do Paraná.

E é por isso que venho a esta tribuna, até para fazer justiça a um Governo que tem trabalhado em consonância com os sentimentos do nosso povo e também para rebater críticas de Parlamentares que ousam dizer que o nosso Estado está paralisado, que o nosso Estado não tem obras. Basta que a gente vá em qualquer município deste Estado para verificar o volumoso número de obras que o Governo do Paraná está executando. Obras, evidentemente, que não têm o dedo de empreiteiros, obras que não têm esquemas com empreiteiras, mas obras que têm a participação nas prefeituras, todas elas, a grande maioria, obras que têm convênios com as prefeituras municipais.

Refiro-me, basicamente, ao Programa de Saneamento Rural, executado pela SANEPAR, pela grande qualidade de vida que este Programa tem ensejado à população carente do nosso Estado. População que merece e precisa da atenção dos políticos, especialmente de um Governo sério, como este que está governando o Estado do Paraná, um Governo que propugna por obras que atendam às expectativas da população, ensejando melhorias de condições de vida, ensinando, enfim, um Paraná melhor e um Paraná

mais justo.

Por isso, Senhor Presidente e Senhores Deputados, é que subo hoje a esta tribuna, para fazer esta minha manifestação de aplausos, de apoio, pelas grandes realizações que estão sendo feitas, hoje, no Estado do Paraná, por um Governo que não é politiqueiro, por um Governo sério, por um Governo que faz aquilo que o povo do nosso Estado quer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado Doutor Rosinha.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós queremos, no Pequeno Expediente, trazer ao conhecimento dos Senhores Deputados, que a Comissão Parlamentar de Inquérito - por mim presidida, para averiguar possíveis irregularidades na Polícia Militar do Estado do Paraná, teve seu relatório votado e aprovado na última semana no dia 20 de abril. Apesar de algumas vontades contrárias a que tal relatório fosse aprovado, apesar do pedido de discussão que se deu sobre um requerimento na semana retrasada prorrogando por mais 10 dias os trabalhos desta CPI - impedindo a votação desse requerimento e apesar da manobra de alguns dos Senhores Deputados impedindo sessões nos dias 19 e 20 de abril, esta Comissão conseguiu, com autonomia, com independência e com muito poder de vontade se reunir na última terça-feira e trabalhar por cerca de 8 horas seguidas, apresentar um relatório sério, um relatório real de fatos ocorridos na Polícia Militar.

Como Presidente desta Comissão, quero aqui agradecer os Deputados que foram ativos nesta Comissão, os Deputados que se fizeram presentes nesta Comissão, Comissão composta de nove Deputados, mas, que teve no Deputado Colombino, no Deputado Plauto, no Deputado Preis, no Deputado Silvestri, no Deputado Trevisan e no Deputado Bona Turra bastante presença nesses dias.

A única falha que se deu, ocorreu no último dia, quando o Relator oficial declarou-se impedido de estar presente e nomeamos o Relator "ad hoc" Bona Turra, enfrentando a resistência de sua Bancada e fazendo-se presente naquele dia e levando os trabalhos até o fim.

E, no último dia, sentindo-se impedido o Deputado Silvestri, a Deputada Emilia Belinati - suplente desta Comissão - se fez presente o dia todo e queremos agradecer a presença dessa Deputada.

Nós queremos, como Presidente desta CPI, dizer que não cabe mais a nenhum Po-

der Legislativo do nosso País, a nenhum Parlamento, pedir CPIs e deixar que elas morram sem ter relatório, - conclua o relatório pela culpabilidade - de alguém ou não, conclua o relatório pela responsabilidade de algum cidadão ou não. Não podemos fazer o discurso de dizer que queremos o País passado a limpo, e, no dia em que isso deve se dar, se ausentar ou fazer manobras para que não dê quórum ou para que não se prorroguem prazos de Comissões de Inquérito. Ainda bem que existem Deputados comprometidos com o que dizem em época de campanha e levam até o fim aquilo que falaram em cima do palanque. Ainda bem que existem esses Deputados, se não teríamos mais uma CPI morta, mais uma CPI sem relatório final e mais uma CPI sem nenhuma conclusão. Ainda bem que existem esses Deputados e felizmente eles se fizeram presentes nesse dia e felizmente está registrado Atas deste Poder quem são os Deputados!

E faço aqui a ressalva, o Deputado Silvestre, que sempre esteve presente, como está registrado em todas as Atas, só não pôde neste dia, mas a sua suplente estava presente, Deputada Emilia Belinati. E o Deputado Bona Turra, enfrentando a desistência da sua Bancada, se fez presente, com honestidade, e sabemos o quanto ele foi criticado.

Queremos aqui parabenizar a todos. Muito obrigado a estes Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - No Pequeno Expediente, Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quero aproveitar a oportunidade, pois hoje se encontra na pauta da nossa sessão, o projeto do ICMS do Deputado Élio Rusch, e há polêmica com neste projeto nesta Casa. Então, é oportuno trazer a esta tribuna um assunto que se relaciona a isto, que é a construção de barragens ou a geração de energia elétrica, em nosso Estado.

A Assembléia discute como aplicar agora a geração do ICMS pelas hidrelétricas construídas em nosso Estado, e é preciso que tomemos conhecimento do tratamento que hoje se dá aos envolvidos em projetos de construção de barragens em nosso Estado, o que vem gerar outros problemas sociais, muito graves.

Não somos contra o desenvolvimento e o progresso de nosso Estado, e sabemos que a energia elétrica é necessária para o crescimento econômico do Estado e do País. No entanto, o Estado tem a obrigação de reassentar, de minimizar, de resolver os problemas sociais causados às famílias que são atingidas por estas barragens e

construções de hidrelétricas, no nosso Estado.

Em Foz do Iguaçu, resultado da construção de Itaipu, foi gerado um problema social que se arrasta por 10 anos, onde mais de 1.000 famílias, os chamados "ilhéus", após a construção da hidrelétrica do lago de Itaipu, estão gestionando junto as autoridades competentes, a indenização de suas áreas de terras, que até o momento, 10 anos após, não foram resolvidas, porque a Itaipu coloca a culpa na ELETROSUL e esta coloca a culpa do problema em Itaipu! E assim, os chamados "ilhéus", que há 10 anos foram desapropriados, ou retirados nas ilhas do Rio Paraná, não receberam até o presente momento, nenhuma indenização!

Estamos gestionando junto às duas autarquias, a ELETROSUL e a Itaipu, uma audiência também juntamente com membros do Governo do Estado, para se achar uma solução para o caso.

Mas quero abordar, especificamente, uma questão relacionada, Senhor Presidente, Senhores Deputados, à Usina de Salto Caxias, no Oeste do Estado do Paraná.

Esta hidrelétrica que foi inaugurada há poucos dias pelo Governo do Estado do Paraná, tem problemas sérios a serem resolvidos ainda, com relação a inundação das terras dos agricultores. Trinta e quatro famílias perderam - naquela enchente inesperada 30 dias antes ou 60 dias antes do fechamento das comportas pela inundação do lago, perderam vários de seus objetos, de seus bens (e até o momento não receberam nenhuma indenização), móveis, casas, propriedades, animais, equipamentos de trabalho. Mais de 60 famílias foram desqualificadas por não se enquadrarem nos critérios que a COPEL determinou para o assentamento, e então tiveram que sair da área alagada, porque não têm outra forma de sobrevivência e estão jogadas à beira das cidades da região, sem uma solução, porque ali era o seu meio de sobrevivência, através do cultivo da terra por arrendamentos, ou por haverem cedido a eles, os proprietários, terras para poderem ali trabalhar.

O reassentamento que a COPEL fez no Município de Manguaçu, chamado "Segredo I", está sendo muito criticado e trazendo sérias complicações às noventa e seis famílias que lá foram assentadas.

Tive a oportunidade, Senhor Presidente e Senhores Deputados, de estar lá no assentamento chamado "Segredo I", em Manguaçu, que a COPEL realizou com as famílias que saíram da área que ia ser alagada na construção da barragem de Salto Caxias, e nos deparamos com uma situação extremamente delicada. Quando o Governo do Estado do Paraná tem publicado que fez ali

um assentamento-modelo as famílias que foram atingidas pela barragem, nós vimos casos de causar repugnância, de ouvir o que as famílias nos disseram. Tive a oportunidade de estar lá realizando uma reunião com essas noventa e seis famílias e o que nos colocaram são questões sérias, que nós não queremos denunciar ou incriminar antecipadamente o Governo do Estado do Paraná e a COPEL, antes de termos uma audiência - que estamos gestionando junto à Presidência da Companhia, que ainda está vaga - para que uma Comissão dessas famílias venha relatar a precariedade, venha relatar as dificuldades por quais vêm passando, quando as promessas feitas pela COPEL não estão cumpridas nem 10% do que foram garantidas àqueles agricultores que abandonaram, ou saíram das suas terras para serem assentados.

Casas construídas pela COPEL no projeto de assentamento, que mesmo antes de serem habitadas caíram, foram demolidas pelo tempo, pelo sol, pela chuva. Várias promessas de condições de viabilidade das pequenas propriedades que foram feitas pela COPEL não estão sendo cumpridas.

Estamos gestionando junto à Presidência da COPEL, para que possamos ter uma audiência junto com as famílias, que lá, reunidas, criaram uma Comissão para negociar, ou para cobrar da COPEL aquilo que foi prometido a elas, que foram reassentadas nesse reassentamento do Segredo.

Isto está gerando problemas futuros...

Senhor Presidente, estou usando o Horário da Liderança do PT.

Isto está gerando problemas futuros, porque com base nessas informações, os agricultores da futura hidrelétrica de Salto Caxias, não estão acreditando no que a COPEL tem lhes prometido.

Vimos na imprensa, há poucos dias, os agricultores que vão ser atingidos pela Usina de Salto Caxias nos municípios de Nova Prata do Iguçu, Capitão Leônidas Marques, Boa Vista da Aparecida, Três Barras do Paraná e outros, reunidos em assembleia, foram até as margens do Rio Iguçu arrancar os marcos que a COPEL estava colocando para demarcar a construção da Usina. Os agricultores arrancaram todos e fizeram fogueira queimando os marcos que os técnicos do projeto e da Usina de Salto Caxias haviam feito o levantamento na área que vai ser alagada.

Por isso, essas denúncias e essas informações de que a promessa feita pela COPEL e pelo Governo do Estado não foram cumpridas no Salto Caxias, as razões necessárias para que mais de duas mil famílias, ou de quatro mil famílias que vão ser atingidas pela barragem do Salto Caxias, estejam lá preocupadas e dispostas a impedir que seja construída a outra barra-

gem, ou dispostas a impedir que nada se faça em termos da construção e do projeto, antes de negociar ou fazer as devidas indenizações justas às famílias que vão ser atingidas.

Queremos fazer este alerta à Assembleia Legislativa, porque está sendo feita propaganda no Estado do Paraná e até no nosso País, que a COPEL fez um assentamento-modelo em Manguaí com os atingidos pela barragem. Tive a oportunidade de ver com meus olhos, de ouvir com meus ouvidos, de mais de duzentas e cinquenta pessoas reunidas dos assentados daquela barragem, estas denúncias e esta preocupação que trago a esta Casa, de famílias que estão dormindo no paiol, ao lado dos porcos, porque a casa construída não comporta a dignidade de uma família morar, nesse projeto de assentamento.

Mas, antes de denunciarmos ou de trazeremos as denúncias mais aprofundadas, queremos ter uma audiência com o Presidente da COPEL, com o Governo do Estado, para então sim, cobrar a responsabilidade e as promessas, para que depois não se diga que os agricultores de outras futuras barragens a serem construídas, estão querendo impedir o progresso do Paraná. É necessário a preocupação de evitar, ao se construir o progresso, de criar problemas sociais graves e se jogar as famílias que lá sobrevivem há vinte, trinta, cinquenta anos, na beira das estradas, na periferia das cidades, sem alternativas de sobrevivência.

Por isso entendemos que o progresso é necessário, mas há também formas alternativas, tecnologias alternativas e tanto o Governo Federal, como o Governo do Estado, através de seus órgãos competentes, podem desenvolver, para deixarmos de alagar, de inundar as terras mais produtivas de nosso Estado, à beira dos rios, em detrimento da produção que estas geram para o nosso Estado e os problemas sociais que geram sem achar outras alternativas quando elas são viáveis, de construir usinas talvez menores, outras formas alternativas de construção de geração de energia elétrica, enquanto podemos deixar as nossas terras produzir e deixar de criar graves problemas sociais ao nosso Estado, diante do já grande êxodo rural que ocorre sem considerar estes fatos.

Era isso, Senhor Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Luiz Henrique Bona Turra.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estamos a alguns minutos da votação do Projeto de Lei n° 410/92, que trata da participação dos municípios no valor adicionado gerado por estabelecimentos hidrelétricos.

Quero requerer à Presidência da Mesa, bem como ao conjunto dos Deputados, especial atenção, já informando que por concessão da Liderança do PMDB, ocuparei também o Horário da Liderança do PMDB, para tratar desta matéria.

Fui incumbido, há cerca de trinta dias, pela Liderança do Governo e do PMDB, bancada da qual sou vice-Líder, em promover um estudo circunstanciado sobre o Projeto de Lei n° 410/92 de autoria do Deputado Élio Rusch, analisá-lo e bem como poder, aqui, traduzir a posição que nos parece mais correta e a mais adequada para dar encaminhamento a essa matéria.

Em primeiro lugar nós nos desligamos das paixões que sempre cercam as questões relacionadas à viabilização de recursos para as prefeituras, nos desligamos dos argumentos sempre válidos na discussão de matérias dessa natureza quanto aos problemas sociais, financeiros e econômicos que cada um dos municípios enfrenta, e procuramos dar à matéria, Senhor Presidente, Senhores Deputados, um tratamento de direito tributário, financeiro e técnico em geral. Foi assim que, embora tendo atuação política naquela região que, se está hoje em fase, em nível de conflito, foi possível chegarmos, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a uma proposta que, sendo vencida essa fase é a primeira discussão, tenho certeza poderá pacificar a matéria, contemplando os interesses envolvidos que não dizem respeito apenas à Usina Hidrelétrica de Itaipu, mas aos conjuntos de estabelecimentos cujas atividades são integradas. Nós estaremos definindo matéria e votando matéria que diz respeito não apenas à Usina Hidrelétrica de Itaipu. Essa é a primeira questão.

É evidente que uma Usina do porte da Usina Hidrelétrica de Itaipu interfere, alcança e modifica o sistema tributário. Um complexo do porte e das dimensões de Itaipu obriga o próprio direito e a própria legislação a repensar e a criar novas metodologias para refletir a realidade nova que se criou. Não houvesse um mega estabelecimento, como é o caso da Usina Hidrelétrica de Itaipu, da Usina de Segredo, nós não estaríamos às voltas com esse problema.

Foi assim, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que nós pudemos, ouvindo em audiência mais ampla junto a Secretaria de Estado da Fazenda com seu titular Doutor Herni Arzua uma das maiores autoridades de direito tributário do Estado e do País,

junto a diversos técnicos da Secretaria de Estado da Fazenda e da Receita Estadual, junto à COPEL, a Itaipu, e nos vários compêndios de direito tributário e de doutrina de direito financeiro, chegar a uma proposta que não interessa porque não contempla diretamente aos interesses imediatos, nem aos municípios vindouros, é importante que se diga, e tão pouco o município de Foz do Iguaçu que por decisão unânime do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná passou a receber integralmente ICMS decorrente das atividades de geração de energia.

A proposta que aqui trazemos longe de ser uma proposta demagógica e eleitoreira, longe de pensar na próxima eleição procura contemplar os interesses da próxima geração, estabelecer uma legislação eficaz, sólida e competente para disciplinar a matéria superando conflitos e dificuldades que tem a autoridade fazendária na implementação de procedimentos indispensáveis para a tributação decorrente de ICMS.

É assim, Senhor Presidente, que justifica-se o Projeto que consiste em cinco artigos, em cinco dispositivos, que são disposições substitutivas gerais ao projeto de autoria do Deputado Élio Rusch, modificando integralmente o Projeto, das cinco disposições desse estudo requerido pela liderança do PMDB, Deputado Renato Adur, das cinco disposições introduzidas três são disposições já constantes, Senhor Presidente, Senhores Deputados, da Legislação Federal, das cinco disposições três são dispositivos constantes do Convênio ICMS 66/88 que atua com força de Lei Complementar Federal. Portanto, das cinco disposições apenas duas são novas e três mera repetição, mera transposição daquilo que já existe na legislação federal e que precisa ser observado pela Legislação Estadual.

Eu passo, imediatamente, à leitura do Substitutivo Geral (Lê):

"SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI  
N° 410/92

SÚMULA: Altera e acresce a Lei Estadual n° 8.933, de 26.01.1989 (Lei instituidora do ICMS).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, com fundamento no art. 24, inciso I e parágrafos da Constituição Federal e no art. 13, inciso I e parágrafos da Constituição Estadual,

Considerando que o Convênio ICMS n° 66, de 16.12.1988, enuncia a hipótese de atividades integradas e o princípio da autonomia dos estabelecimentos,

Considerando que o Convênio ICMS n° 66/88 atua eficazmente com força de lei complementar em decorrência do disposto no

§ 8º do art. 34 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal,

Considerando que a Lei Estadual nº 8.933/89 omite a hipótese de atividades integradas e o princípio da autonomia dos estabelecimentos enunciados na legislação que lhe é superior,

Considerando que a Lei Complementar Federal nº 63, de 11.01.1990, requer, para fins de identificação da participação no produto do ICMS, a apuração do valor adicionado em cada Município,

Considerando a especificidade do processo de geração de energia empreendido por estabelecimentos hidrelétricos, que, em geral, se localizam e mantêm instalações e equipamentos, integrada e simultaneamente, em mais de um Município,

Considerando que a Lei Complementar nº 63/90 silencia quanto ao critério de partilha do valor adicionado decorrente de atividades integradas que se realizem em mais de um Município,

Considerando, finalmente, que das contradições e lacunas legais acima indicadas têm resultado conflitos entre Municípios e problemas práticos nos procedimentos da autoridade fazendária do Estado do Paraná,

#### D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam introduzidos os seguintes acréscimos e alterações à lei Estadual nº 8.933, de 26.01.1989:

Alteração 1ª - Dá-se ao inciso VI, art. 3º da Lei Estadual nº 8.933/89 idêntica à contida no art. 2º, inciso VI do Convênio ICMS nº 66/88, como segue:

"VI - na saída de mercadoria do estabelecimento extrator, produtor ou gerador, para qualquer outro estabelecimento, de idêntica titularidade ou não, localizado na mesma área ou em área contínua ou diversa, destinada a consumo ou a utilização em processo de tratamento ou de industrialização, ainda que as atividades sejam integradas;"

Alteração 2ª - Dá-se à alínea b, inciso I, art. 34 da Lei Estadual nº 8.933/89 idêntica redação à contida no art. 27, inciso I, alínea b do Convênio ICMS nº 66/88, como segue:

"b) o do estabelecimento em que se realize cada atividade de produção, extração, industrialização ou comercialização, na hipótese de atividades integradas;"

Alteração 3ª - Ao art. 34 da Lei Estadual nº 8.933/89 acrescentam-se três novos parágrafos, dos quais o § 8º constitui mera transposição do art. 27, § 3º do Convênio ICMS nº 66/88, como seguem:

"§ 8º - Considera-se como estabelecimento autônomo, em relação ao estabelecimento beneficiador, industrial, comercial

ou cooperativo, ainda que do mesmo titular, cada local de produção agropecuária ou extrativa vegetal ou mineral, de geração, inclusive de energia, de captura pesqueira, situado na mesma área ou em áreas diversas do referido estabelecimento.

§ 9º - Na hipótese de atividades integradas, havendo pluralidade de domicílios, a participação de cada Município no valor adicionado dar-se-á na proporção da atividade de produção, extração, comercialização ou industrialização realizada em cada Município.

§ 10 - A participação de cada Município no valor adicionado gerado por estabelecimento hidrelétrico localizado em mais de um Município será apurada conforme os seguintes critérios:

I - 50% (cinquenta por cento) na proporção do volume útil de água correspondente à cota máxima normal operacional armazenado no reservatório de cada Município integrante do estabelecimento;

II - 50% (cinquenta por cento) na proporção da atividade de transformação de energia realizada em cada Município, como tal entendida a atividade das turbinas e geradores."

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.04.93

Assinam os Senhores Deputados.

#### JUSTIFICATIVA:

O presente Substitutivo Geral ao Projeto de Lei nº 410/92 limita-se a transpor a Lei Estadual nº 8933/89 enunciados normativos constantes do Convênio ICMS nº 66/88, cuja força é de lei complementar federal, e a dispor, suplementarmente, sobre o critério de partilha do valor adicionado resultante de atividades que, integradamente, se realizem em mais de um município.

A transposição para a legislação estadual dos enunciados da legislação federal constitui mera sujeição da norma inferior à superior. Sobre esta questão, Norberto Bobbio, após assinalar em sua Teoria do Ordenamento Jurídico que "o Direito não tolera antinomias", propõe como método de superação o critério hierárquico, que "é aquele pelo qual, entre duas normas incompatíveis, prevalece a hierarquicamente superior: *lex superior derogat inferiori*".

É assim que a Alteração 2ª do Substitutivo consiste em transpor para a Lei Estadual nº 8933/89 a redação do artigo 27, inciso I, alínea b do Convênio nº 66/88, com enorme repercussão em todo o sistema em que se funda o ICMS. Esta aparente filigrana jurídica adquire importância na medida em que concerne ao aspecto espacial da hipótese de incidência tributária, isto

é, à indicação de circunstâncias de lugar relevantes para a configuração do fato impositivo.

Na opinião autorizada de Maria Lúcia Américo dos Reis e José Cassiano Borges, in ICMS ao Alcance de Todos, "exemplos de atividades integradas são as de extração, produção, beneficiamento e distribuição de petróleo e a geração e fornecimento de energia elétrica". É evidente, pois, que a supressão pela legislação estadual do conceito de atividades integradas gera distorções de toda a ordem, dentre estas a perda do próprio conceito de estabelecimento.

Como se sabe, o conceito de estabelecimento é vital a todo o sistema tributário e, de modo particular, para a determinação adequada dos elementos que concorrem para a sua atividade. No compêndio Direito Comercial, Rubens Requião desenvolve amplo tratado sobre os elementos de exercício da empresa moderna e oferece subsídios para o esclarecimento da problemática. "Organizações empresariais existem" diz o comerciante - "que, pela sua dimensão, atuam com diversos estabelecimentos" e, amparando-se no Código Civil italiano, define estabelecimento como "o complexo dos bens dispostos pelo empresário para a atividade da empresa". Neste estudo o estabelecimento é uma universalidade de fato, porque não conceituado em lei, de onde socorrer-se à legislação estrangeira e ao Projeto de Código Civil Brasileiro, segundo o qual estabelecimento é "um complexo de bens organizados pelo empresário para o exercício da empresa (art. 1.176), podendo ser objeto unitário de direitos e de negócios jurídicos, translativos ou constitutivos, que sejam compatíveis com a sua natureza (art. 1.177)".

Desta orientação não difere Plácido e Silva, in Vocabulário Jurídico, ao conceituar estabelecimento como "todo o conjunto de instalações e aparelhamentos necessários ao desempenho do negócio, inclusive o próprio edifício em que se instala" ou então notar que o estabelecimento está "compreendido por suas instalações e pela soma de atividades empreendidas". Com a habitual precisão doutrinária, Plácido e Silva observa que "a pluralidade de estabelecimentos, pertencentes à mesma pessoa ou organização comercial, faz gerar a pluralidade de domicílios".

As questões doutrinárias suscitadas por Rubens Requião e Plácido e Silva assumem a maior atualidade com o advento dos mega-estabelecimentos empresariais. Para os efeitos de cobrança do ICMS e definição do estabelecimento responsável, a definição do local da operação ou da prestação não oferece problema, bastando o enunciado legal fazer prevalecer um ou alguns dos

aspectos da hipótese de incidência. O problema vem surgir mesmo é com a apuração do valor adicionado em cada município na hipótese de atividades integradas realizadas em mais de um município.

Neste ponto, importa preliminarmente verificar que nenhuma vinculação faz a legislação entre fato gerador e valor adicionado. O fato gerador pode, por ficção jurídica, ser enunciado como ocorrido em dado momento (aspecto temporal da hipótese de incidência) sem que tal signifique ausência dos demais aspectos da hipótese de incidência como também definidores do fato gerador. A apuração do valor adicionado, ou a sua determinação, faz considerar o aspecto da hipótese de incidência em que se fixou a norma para definir o fato gerador e também os demais aspectos da hipótese de incidência.

Nas atividades integradas de geração de energia, o objeto da controvérsia, como se vê, não concerne ao aspecto temporal, material ou pessoal da hipótese de incidência tributária. O critério temporal indica o momento, ocorrendo legalmente o fato gerador do ICMS na saída física da mercadoria de estabelecimento gerador; o critério pessoal define os sujeitos ativo e passivo do imposto, isto é, o Estado e o estabelecimento hidrelétrico, respectivamente; o critério material define o objeto do tributo, que é a produção, geração e comercialização de energia. A lide pertine mesmo ao aspecto espacial da hipótese de incidência tributária. Que é estabelecimento e qual sua localização é o tema da controvérsia.

A matéria está resolvida pelas normas federais constantes do Convênio ICMS nº 66/88, agora transpostas para o texto normativo estadual, já que este definitivamente abriga a imprecisão. Resta então estudar a opinião técnica e engenheiral sobre o problema.

David Mesquita da Cunha, engenheiro mecânico e professor titular da Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na obra intitulada Manual do Engenheiro, ao tratar de centrais hidrelétricas esclarece que "a localização é obviamente imposta pelo fator hidrográfico; é claro que o local de instalação terá de ser junto ao potencial hidráulico disponível", para em seguida concluir que "a central hidrelétrica é localizada no próprio potencial hidráulico".

Referindo-se à energia enquanto processo, a enciclopédia Mirador vê em sua produção três etapas: "transformação, transporte e armazenagem. A primeira constitui, em geral, um fenômeno, uma interação física, através da qual uma forma de energia se transforma noutra forma ou estado. O mecanismo de transporte consti-

tui a mediação entre a interação básica e o usuário ou produto final, não havendo mudança na natureza do processo. Finalmente, a armazenagem constitui a forma de receptáculo, de retenção de energia, para posterior desenvolvimento, caso haja condições favoráveis e suficientes". E ao tratar do conceito de entropia e do potencial gravitacional contido em águas represadas a grandes volumes e a elevados níveis, o mesmo verbete enciclopédico nota que, nestas condições, o rendimento é "quase igual a 100%" estando certamente aí a real e efetiva contribuição econômica das águas armazenadas nos reservatórios.

De tudo resulta que a conceituação técnica de estabelecimento e de sua localização é absolutamente idêntica à obtida no plano jurídico-doutrinário-legal. Visto de qualquer modo, estabelecimento é o complexo compreendido pelo conjunto das instalações e equipamentos necessários à atividade empreendida, com a particularidade de instalações, no caso de estabelecimentos hidrelétricos, ter o especial significado de aproveitamento, represamento com ou sem reservatório (David Mesquita da Cunha, op. citada). Antes de retornar à justificação do critério da partilha do valor adicionado, uma breve consideração sobre o princípio da autonomia dos estabelecimentos.

No sistema legal instituidor do ICMS, estabelecimento é uma universalidade de direito, vale dizer, vem expressamente conceituado em lei. Nisto o Convênio ICMS nº 66/88 e a Lei Estadual nº 8.933/89 coincidem. Todavia, somente o Convênio ICMS nº 66/88 enuncia em seu art. 27, § 3º o princípio da autonomia dos estabelecimentos, deficiência que se pretende ver corrigida através da Alteração 3.<sup>a</sup> mediante introdução do § 8º.

Sobre a adoção do princípio da autonomia dos estabelecimentos, Maria Lúcia Américo dos Reis e José Cassiano Borges, op. citada, observam que o objetivo do legislador consistiu em "impedir a integração vertical das empresas e as tentativas de condensação do ciclo econômico pois resultam na criação de cartéis, reduzem a circulação de riquezas e representam perda para a arrecadação fiscal".

A introdução na legislação estadual do princípio da autonomia dos estabelecimentos e do conceito de atividades integradas, assim do enunciado do momento em que ocorre o fato gerador - todos dispositivos constante da legislação federal, especificamente do Convênio ICMS nº 66/88 - não permite resolver o problema de como se procede a partilha do valor adicionado nestes casos. Ao contrário, evidencia-se verdadeira lacuna na Lei Complementar nº 63/90, que, de um lado, requer a apuração

do valor adicionado em cada Município e, de outro, só enuncia fórmula para solução da hipótese em que todas as atividades se realizam num único e mesmo Município.

Está-se diante, portanto, da possibilidade de o Estado legislar suplementarmente para atender a suas peculiaridades, na forma prevista no artigo 24, inciso I e parágrafos da Constituição Federal e artigo 13, inciso I e parágrafos da Constituição Estadual.

Como critério geral, adotou-se participação no valor adicionado proporcional à atividade de produção, extração, industrialização ou comercialização realizada em cada Município, cuja aplicação parece simples para a maioria dos casos.

Em face da especificidade do processo de produção e geração de energia, teve o Substitutivo de enunciar critério próprio. A integração das atividades de armazenagem e transformação, a natureza interdependente e indissociável destas atividades, é o fundamento da fixação de pesos comuns: se interdependentes, indissociáveis e integradas, devem ser consideradas como concorrendo identicamente para o processo energético.

A opção pela grandeza volume útil correspondente à cota máxima normal operacional, em substituição à grandeza área ocupada proposta no projeto original, decorre da necessidade de apurar, o mais exatamente possível, a proporcionalidade a contribuição econômica comum de cada reservatório e a participação no valor adicionado de cada Município.

"O potencial hidráulico de um curso d'água" - diz David Mesquita da Cunha - "é o produto do volume descarregado por unidade de tempo, em dada seção, pela altura, ou desnível, vencida por essa massa; dois são os fatores, então, que determinam a potência:  $Q$  = descarga por segundo e  $H$  = altura ou diferença de nível entre as cotas de montante e de jusante". Sendo diretamente proporcional ao potencial hidráulico, o volume útil de água correspondente à cota máxima normal operacional armazenado no reservatório de cada Município é o que confere a mais exata correspondência entre a contribuição econômica de cada Município ao processo e sua participação no valor adicionado.

A solução adotada contempla ainda a atividade de transformação, autonomamente, que, entre outras razões, assegura em todas as hipóteses a participação em escala do Município em que se situem as turbinas e geradores, sem que tal signifique desequilíbrio em relação aos interesses e contribuições que concorrem para o processo energético. Evidentemente, não poderia a norma legal, por extremo, anular a participação de Município que sedie apenas a

central geradora, estando os reservatórios em Municípios distintos. Na verdade, o aparente desequilíbrio que vem expresso na fórmula vem justificado tecnicamente pelo próprio processo de geração de energia, sua natureza integrada e sistêmica, como ainda por fatores doutrinários, práticos e de equidade tributária."

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Peço escusas ao ilustre orador que está na tribuna por interromper o seu raciocínio brilhante, mas apenas gostaria de comunicar à Casa que estamos neste momento, instalando uma audiência pública que irá discutir a questão do gasoduto. Estão já chegando diversas autoridades para o evento, para este debate que iremos realizar aqui no Plenário.

Então, peço licença a Vossa Excelência para me ausentar com antecedência da Sessão para poder receber as autoridades, os convidados e apelar aos ilustres Deputados que assim que encerrar esta Sessão que também trata de matéria muito importante que pudéssemos contar com a presença de todos os Senhores e Senhoras aqui presentes.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - É assim então, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que relativamente ao caso específico da Usina Hidrelétrica de Itaipu, que é o maior estabelecimento hidrelétrico do País e um dos maiores do mundo, adotou-se uma solução que é recomendada pelo Centro de Estudos de Engenharia Civil da Universidade Federal do Paraná, bem como pela COPEL que tem um conjunto de técnicos, ouvidos para resolver a matéria.

Isso resulta em que no caso específico da Usina Hidrelétrica de Itaipu, teríamos uma participação de Foz do Iguaçu no valor adicionado correspondente a aproximadamente 75% do valor adicionado global, geral e dos demais 14 municípios, uma participação no valor adicionado, na ordem de 25% sendo portanto, uma solução técnica, doutrinária, jurídica e que resulta em equidade tributária.

Agradeço e concedo aparte ao Deputado Basílio, já que estou usando o Horário da Liderança do PFL.

O Sr. Basílio Zanusso - Deputado Bona Turra, Vossa Excelência discorreu sobre o projeto apresentado pelo Deputado Élio, com competência, porque vem estudando e estudou e mostrou que realmente conhece o assunto. A minha intervenção e o meu interesse é saber pela conclusão do seu discurso, no que significa ou significaria em percentuais de ICMS, aos Municípios envolvidos, e Vossa Excelência, ao concluir a sua fala e do que eu entendi da proposta

que resulta do Substitutivo Geral que Vossa Excelência apresenta, ficariam 75% do global mais ou menos a Foz do Iguaçu e 25% que seriam distribuídos aos demais municípios envolvidos.

O que estou aqui interrogando, a Vossa Excelência que presta um grande serviço de informação a nós outros, mas o nosso Regimento diz que esta Casa na propositura, o projeto deve ser discutido em 1.<sup>a</sup> discussão no seu aspecto constitucional e Vossa Excelência já, percebendo a leitura do Substitutivo que encaminha - e espero que Vossa Excelência esteja encaminhando à Mesa - na hipótese do projeto ser rejeitado em Plenário, deixa também de existir a propositura de Vossa Excelência, quer dizer, não pode prevalecer o acessório ao principal, e como esse assunto é da maior relevância para o Paraná, porque estamos discutindo aqui, Deputado Bona Turra, apenas Itaipu, mas e as outras barragens do Paraná que são tantas e que envolvem dezenas de outros municípios, não há necessidade de decidirmos aqui a "toque de caixa", que me parece ser numa segunda-feira, preocupado que a matéria da constitucionalidade seja deixada para depois e vir a ser rejeitada a proposta do Deputado Hélio Rusch que procura uma solução para que não se centralizem todos os recursos gerados pela Usina de Itaipu numa só cidade que teve a felicidade de receber essa construção que transformou a sua cidade, cujas águas pertencem a quem? Mas é um assunto para ser discutido em uma outra oportunidade.

O que interrogo é que rejeitado o presente projeto em 1.<sup>a</sup> discussão, o projeto do ilustre Deputado Hélio Rusch, busca uma solução até de um entendimento. E, se rejeitado, desaparecerá sem dúvida alguma o Substitutivo Geral que Vossa Excelência acaba de trazer aqui.

Muito obrigado!

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Agradeço o aparte.

Concluo afirmando que a matéria e o Projeto de Lei são constitucionais, decorre do Art. 24, inciso I, da Constituição Federal, há constitucionalidade de a Assembléia Legislativa poder votar a matéria, devendo ser superados aspectos políticos e técnicos para que tenhamos solução para o caso presente.

O Sr. Paulo Maia - Permite um aparte, Deputado?

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Agradeço a atenção dos Senhores.

Não posso lhe conceder aparte, já que está esgotado o tempo.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, se o nobre Deputado Bona Turra quiser usar o tempo do Partido Progressista, poderá usar.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Diante da manifestação do Deputado Nilton Barbosa, Vossa Excelência tem mais 3 minutos para utilizar.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Tem aparte o Deputado Cezar Silvestri.

O Sr. Cezar Silvestri - Deputado Bona Turra, mesmo sabendo que em primeira discussão nós vamos analisar o aspecto constitucional desta matéria, quero parabenizar Vossa Excelência pelo Substitutivo Geral que apresentou.

Nós tivemos oportunidade de conversar com Vossa Excelência em seu gabinete, onde pudemos constatar o seu empenho, mesmo fugindo da sua área, procurando um embasamento técnico dentro de livros de Engenharia, fazendo um trabalho excepcional.

Acredito que mesmo hoje, quando formos analisar o aspecto constitucional, que será de fundamental importância esta sua apresentação de análise do Substitutivo. Principalmente porque ouvindo os Senhores Deputados, ouvindo parte de sua explanação, tenho certeza de que votarão hoje favoráveis em primeira votação, dando oportunidade para que possamos discutir em segunda votação, quando será mais amplamente debatido o seu Substitutivo Geral.

Quero, mais uma vez, parabenizá-lo e dizer que o Senhor tem tentado de todas as formas mostrar independência. Já mostrou, como disse o Deputado Doutor Rosinha, na CPI da Polícia Militar, quando membros do seu Partido não compareceram para tentar obstruir a apresentação do relatório final da CPI, o senhor mostrou independência. E, por esta razão, não poderia deixar de parabenizá-lo!

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Deputado Cezar Silvestri, quero afirmar que todas estas questões que aqui trouxe, bem como as que fiz junto à Comissão Parlamentar de Inquérito, traduz sempre a posição do Partido. O PMDB é um Partido que apresenta contradições como todos os demais partidos. E sobre esta matéria, enfrenta especial circunstância; de um lado, termos na posição de líder e de conflito a grande liderança do ex-Deputado estadual e atual Prefeito, Dobrandino Gustavo da Silva, liderança de todos conhecida, que causou emoção quando da sua despedida aqui da Assembleia Legislativa; e de outro, temos a posição de mais 14 municípios, dos quais 5 governados pelo PMDB.

É o caso do Município de Marechal Cândido

Rondon, governado pelo Prefeito Ademar Bier, o Município de Medianeira, pelo Prefeito Engenheiro Antônio Baú, no Município de Mercedes, governado pelo companheiro Lídio, no Município de Santa Helena, que é governado pelo Prefeito Júlio Morante, bem como do Município de Diamante do Oeste.

A posição do PMDB, portanto, é uma posição delicada. Os partidos que não têm representação naquela região, têm conforto maior para votar esta matéria. E diria até que de todos os Parlamentares, talvez, o que estivesse em posição mais desconfortável fosse justamente eu.

Mas entendo que o homem público deve assumir posições, deve procurar compreender e ler muito, deve procurar fazer o melhor não apenas para a próxima eleição, mas sobretudo para a próxima geração.

É assim que esta matéria de conflito evoluindo indefinidamente no âmbito do Poder Judiciário, poderá significar prejuízos não só aos municípios, que são os municípios lindeiros, como também ao próprio município de Foz do Iguaçu. Que se resguarde aqui, a posição dos prefeitos que lutam com as suas forças e com os seus meios, para obter aprovação dos seus interesses, aqui na Assembleia, nesta Casa que é política.

Por outro lado, o que entendo deva ser reivindicado neste Parlamento, é uma posição de grandeza que sei, a sua grande maioria tem, de acima dos interesses dos prefeitos, que são interesses imediatos, e acima dos nossos próprios interesses, nós possamos com isenção, com maturidade, disciplinar uma matéria que tem enormes implicações na vida política e econômica do Estado.

Porque se decidirmos incorretamente nesta questão, não teremos oportunidades de abrir frentes de luta, quando temos as nossas áreas, que são áreas reservatórias de usinas hidrelétricas de São Paulo, e são inúmeras as usinas que têm reservatórios, embora em São Paulo não tenha reservatórios no Estado, nós temos que pela base começar uma luta, porque esta é uma matéria que havendo Legislação Federal, vem por terra, votada hoje e votada amanhã no Congresso Nacional, a regulamentação do ICMS que lá tramita, e nós não teremos mais a Lei Estadual, porque se trata de matéria federal e só na lacuna, no vazio da Legislação Federal é que nós poderemos votar.

Mas, nós precisamos introduzir no âmbito da Constituição Federal, dispositivos que signifiquem a efetiva tributação e recolhimento aos cofres do ICMS, decorrente da geração de energia. Como nós precisamos, também, garantir, que os interesses

do Estado do Paraná nas nossas áreas, que são áreas limítrofes com o Estado de São Paulo e que são reservatórios, que também possam os nossos municípios, no Paraná, receber vultosas quantias que são quantias devidas não só pelos "royalties", que são calculados por área e outros critérios, mas também na função de volume útil armazenado de água em cada um dos nossos municípios.

Evidentemente, a matéria, hoje, está posta especificamente em relação à Usina Hidrelétrica de Itaipu. Mas, todos nós somos passageiros. E eu tenho certeza de que as posições probas, as posições corretas e as posições justas sempre serão bem compreendidas, porque esta proposta que não interessa aos interesses imediatos dos municípios lindeiros, como tampouco interessa ao município de Foz de Iguaçu, liderado pelo ex-Deputado, Prefeito Dobrandino Gustavo da Silva. Mas, eu tenho certeza de que no debate, poderá ser aprimorada para interessar à cidadania paranaense.

Agradeço a atenção e a compreensão de todos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Não havendo mais quem queira fazer uso do Horário das Lideranças, passamos à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 04 (quatro), de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. Necessita de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu gostaria de comunicar que já existe, neste mesmo sentido, projeto de autoria minha, apresentado no ano passado.

Deverá, então, conseqüentemente, fundir os Projetos e encaminhar, para ver

qual a alteração de um para outro, para não ficar dois Projetos no mesmo sentido.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - O projeto será encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça. Havendo outro no mesmo sentido, é evidente que V.Exa. terá preferência.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

#### VOTAÇÃO EM:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 054/93, de autoria do Deputado NEREU MOURA, corrige a redação do Art. 1º da Lei nº 9.183, de 08/01/90, que criou o município de Bom Sucesso do Sul. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J.. Aprovado o Substitutivo Geral da C.C.J.. O Projeto irá à Redação Final.**

#### VOTAÇÃO EM:

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 434/92, de autoria do Deputado NILTON BARBOSA, que declara de Utilidade Pública a "Associação de Proteção à Maternidade e a Infância - A.P.M.I", com sede e foro no município de Formosa do Oeste. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### VOTAÇÃO EM:

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 032/93, de autoria do Deputado NELSON JUSTUS, que declara de Utilidade Pública a "Creche Comunitária do bairro São João", com sede e foro no município de Pato Branco. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### VOTAÇÃO EM:

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 076/93, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que declara de Utilidade Pública a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Cândido de Abreu. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### VOTAÇÃO EM:

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 099/93, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente dos Moradores das Paineiras "ASBEMOPA", com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### VOTAÇÃO EM:

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 019/93, de autoria do Deputado DJALMA DE ALMEIDA CESAR, que declara de Utilidade Pública a Casa do Idoso Vovó Margarida, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa

Pr. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J..Apro-  
vado.

VOTAÇÃO EM:

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 042/93, de autoria do Deputado ALGACI TULLIO, que declara de Utilidade Pública o Grupo Pela Valorização, Integração e Dignidade da Vida do Doente de AIDS, com sede e foro em Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado.

VOTAÇÃO EM:

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 100/93, de autoria do Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO, que declara de Utilidade Pública a Fundação Municipal Pronto Socorro, com sede e foro no município de Ponta Grossa. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado.

VOTAÇÃO EM:

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 103/93, de autoria do Deputado TOTI COLAÇO, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e a Infância, com sede e foro no município de Corumbataí do Sul. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado.

VOTAÇÃO EM:

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 104/93, de autoria do Deputado TOTI COLAÇO, que declara de Utilidade Pública a Organização Santos Inocentes, com sede no município de Irati. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado.

VOTAÇÃO EM:

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 410/92, de autoria do Deputado HÉLIO RUSCH e OUTROS, que acresce e altera, de forma interpretativa, dispositivos da Lei Estadual n° 8.933 (Lei instituidora do ICMS). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F..

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Hélio Rusch, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei n° 410/92.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - ... a Mesa deixa de receber este Requerimento com base no que diz o Artigo 159, do Regimento Interno, que passo a ler aos Senhores Deputados:

"Antes de ser iniciada a discussão de um Projeto será permitido o seu adiamento, que não excederá a 10 Sessões, e por uma única vez, mediante requerimento escrito e assinado por Deputado."

A Mesa lembra que o Projeto está em fase de votação desde o mês de dezembro do ano passado, não se permitindo, portanto,

requerimento de retirada. O Projeto continua em votação na Sessão de hoje.

O SR. HÉLIO RUSCH (Pela Ordem) - Senhor Presidente, com base no Artigo 120 do Regimento Interno, eu recorro a decisão de V.Exa. para o Plenário, pelos seguintes motivos:- Entendemos nós que o Projeto é amplamente polêmico, principalmente para os municípios lindeiros ao Lago Itaipu. De um lado nós temos o município de Foz do Iguaçu e de outro lado são mais 14 municípios que foram prejudicados com esta decisão do Tribunal de Justiça.

Este requerimento que nós apresentamos a Mesa de trabalhos desta Sessão, Senhor Presidente, Senhores Deputados, está baseado em alguns acontecimentos que envolveram os mais diversos Parlamentares desta Casa de Leis. Primeiro:- Ainda em 1992, em dezembro, no dia 14 de dezembro houve o esvaziamento do Plenário e não deu quórum para a votação desse Projeto, o mesmo acontecendo no dia 15 de dezembro, tanto na Sessão Ordinária como na Extraordinária. Nós, ainda no ano passado, em companhia de diversos Prefeitos lindeiros ao Lago Itaipu e entendimento com diversos Deputados, dessa Casa, chegamos a um acordo que não iríamos questionar nos dias 14 e 15 de dezembro o quórum exigido na época, na Sessão, quando houve o esvaziamento do Plenário.

E este ano, nós partimos para a negociação, Senhor Presidente, Senhores Deputados, sabíamos que dificilmente o Projeto passaria, na sua originalidade. A liderança do PMDB e a liderança do Governo designaram o Deputado Bona Turra para que fizesse um trabalho técnico e jurídico em relação a esse Projeto que está tramitando na Assembléia Legislativa. E posso dizer a V.Exa., Senhor Presidente, Senhores Deputados, louvável o trabalho do Deputado Bona Turra, que em companhia da Secretaria da Fazenda, da Copel, da Itaipu Binacional, conseguiu reunir os mais diversos critérios, tanto técnicos como jurídicos, para que este Projeto pudesse ser aprovado, não na sua originalidade, mas com o Substitutivo.

Agora nós sentimos, no dia de hoje e ainda na semana passada, que dificilmente o Projeto seria aprovado na sua originalidade.

Vieram da região Oeste, do Norte Pioneiro, do Sul do nosso Estado, do Sudoeste, diversos Prefeitos, acompanhados com diversos Deputados também, fazendo uma ampla negociação!

Esta proposta relatada pelo Deputado Bona Turra, na verdade não atende os interesses de Foz do Iguaçu e também não atende os interesses dos 14 municípios lindeiros.

Mas para que nós pudéssemos resolver esta questão, definitivamente, entenderam os Prefeitos que poderiam abrir mão de alguns recursos a mais que seriam destinados aos municípios gerados pelo ICMS da Itaipu Binacional. Ainda na semana retrasada, na 5.<sup>a</sup>-feira, no Gabinete do Deputado Waldir Rossoni, quando lá estavam, presentes Deputado Bona Turra, Deputado Duílio Genari, a nossa pessoa e diversos Prefeitos, aceitaram a nossa proposta de que 25% seriam destinados para 14 municípios e 75% do ICMS gerado por Itaipu seria destinado, única e exclusivamente para o Município de Foz do Iguaçu.

Este Substitutivo que o Deputado Bona Turra tem trabalhado a noite inteira até as cinco horas da manhã de hoje, chegou ao seu término, e foi apresentado hoje aos Prefeitos que aqui estão presentes, Prefeitos, Vereadores, lideranças empresariais, sindicais que aqui se fazem presentes.

Nós sabemos que os Senhores Deputados ainda não tomaram conhecimento do substitutivo apresentado pelo Deputado Bona Turra, para que nós não venhamos a incorrer num erro, para que nós não venhamos a votar nenhum projeto precipitadamente, nós solicitamos à Mesa, e principalmente a compreensão dos Senhores Deputados para que nós retiremos esse Projeto por dez Sessões, e para que nós possamos discutí-lo com mais profundidade, com mais argumentos, com mais detalhes com todas as Lideranças que compõem e pelos Partidos que compõem a Assembléia Legislativa.

É por isso que nós pedimos a compreensão, e acima de tudo a colaboração dos Senhores Deputados para que nós não venhamos a cometer uma injustiça com quatorze Municípios que estão sendo prejudicados em benefício apenas de um único Município.

Espero que os Senhores Deputados nos entendam e acima de tudo entendam também a compreensão dos Prefeitos, não dos Partidos, porque dos quatorze Municípios tem Prefeito do PMDB, do PDC, do PTB, do PP, do PDT, enfim todos os Municípios, as mais diversas Siglas Partidárias estão dirigindo esses Municípios; mas essa decisão não é Partidária, essa decisão deve ser política, mas essa decisão deve ser acima de tudo consciente da nossa responsabilidade. É isso que nós queremos Senhores Deputados, votem a favor da retirada da Ordem do Dia desse Projeto, porque inúmeras e inúmeras vezes nós aqui na Assembléia já procedemos dessa forma, retiramos Projetos na sua fase de votação. É só isso que nós pedimos por uma questão de justiça social acima de tudo.

Muito obrigado.

O SR. WALDIR ROSSONI - (Pela Ordem) - Sou

pequeno, mas grande de coração.

Prezados companheiros Deputados, o que estamos votando hoje é a sobrevivência de sessenta Municípios do Estado do Paraná. Não estamos votando somente a questão dos quatorze Municípios lindeiros da Usina de Foz do Iguaçu, que é a ITAIPU; estamos aqui votando a história, estamos aqui votando a sobrevivência de sessenta Municípios do Paraná que vão perder a sua principal arrecadação, porque todos nós sabemos de que na semana passada, para encaminhar o Requerimento estivemos em negociação com o representante da Bancada do PMDB, e até para pedir desculpas aos Senhores Deputados que não fizemos um trabalho de esclarecimento do Projeto a todos os Deputados porque acreditávamos que chegaríamos hoje, às dez horas da manhã, como foi marcado, chegássemos em um acordo, um acordo aonde poderíamos atender a Foz do Iguaçu e ao restante dos sessenta Municípios que atingem essas Usinas. Mas para nossa estranheza quando chegamos hoje pela manhã, tudo tinha mudado, num acerto, e nós não pudemos esclarecer o Projeto devidamente da sua importância.

E devido a isso pedimos ao Deputado Élio Rusch, autor do Projeto, que requeira a sua retirada.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Prefeitos e Senhores Vereadores, há dois anos sou Deputado nesta Casa, poucas e poucas vezes me pronunciei aqui em assunto tão polêmico, mas todas as vezes esta Casa respeitou o autor do Projeto, retirando o Projeto, sendo assim a vontade do autor. Hoje, pelo que eu noto, nós vamos votar este Requerimento, nunca foi votado enquanto eu fui Deputado nesta Casa, porque inclusive este Deputado já retirou o Projeto em 1.<sup>a</sup> Discussão para que se tentasse um acordo e achássemos uma saída.

Hoje nós estamos aqui num impasse, simplesmente não está tendo o acordo de cavalheiros que sempre houve nesta Casa. Vamos para a votação.

Mas quero alertar os Senhores Deputados, os Senhores estão mexendo com a História do Paraná, os Senhores estão mexendo com 30% da população do Paraná, os Senhores estão votando o destino da população de sessenta municípios do Paraná e não pode ser votado desta forma como está sendo votado!

Não é possível que não achemos uma saída para estes municípios! Não é possível que a bancada do PMDB não venha aceitar a retirada deste Projeto, porque toda a bancada do PMDB sabe que estivemos negociando com seu representante durante a semana passada, hoje pela manhã, e tudo foi por água abaixo...

Por isto, para que esta Casa não saia

arranhada, para que esta Casa não saia mal interpretada nesta decisão deste requerimento, vamos fazer como sempre fizemos, vamos acatar a vontade do requerente, do autor do projeto, vamos dar tempo ao tempo, vamos discutir novamente este projeto, para que não façamos injustiça, neste momento.

Era isto, Senhor Presidente.

O SR. PAULO MAIA - (Pela Ordem) -

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Pela Ordem, concedo a palavra ao Senhor Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, destaco também a iniciativa do nobre Deputado Bona Turra, quando propôs o entendimento das bancadas desta Casa.

Lamentavelmente o PDT nesta oportunidade não ficou sabendo destes acertos.

Mas desde o primeiro momento em que este projeto veio à Casa, nossa Bancada se posicionou favoravelmente.

Recebemos por diversas vezes em todos os gabinetes cartas de manifestações dos Prefeitos e das comunidades dos municípios abranquidos.

Hoje, se discute a questão dos royalties, se discute o problema ICMS.

Diz-se que todos os municípios recebem os royalties, o que também não é exceção de Foz do Iguaçu, que também recebe os royalties.

Mas evidentemente é um problema bastante sério a questão do ICMS. Há um problema social gerado com a empresa de Itaipu e Foz do Iguaçu? Sem dúvida. Mas há um problema também social gerado com os municípios que tiveram suas terras alagadas.

Por isto mesmo acreditamos que até é algo que aqui não se destacou, nesta Casa, é o parecer da própria Comissão de Constituição e Justiça que já sabendo do resultado do Judiciário, apresentou seu parecer dizendo: "analisando-se o presente, observa-se que por ser de caráter interpretativo, escorando-se nos termos do artigo 106 do Código Tributário Nacional, o mesmo não fere nenhum dispositivo legal, ou constitucional".

Obviamente que temos que respeitar a briga de Foz do Iguaçu, mas não podemos também deixar de reconhecer o direito destes municípios à parte destes recursos.

Por isto nossa bancada vota como havia se colocado anteriormente, favorável a esta discussão, favorável a esta divisa de receita. E hoje quando chegamos à Casa e fomos informados do entendimento que houve entre a Bancada de sustentação do Governo e o Deputado Élio Rusch para que fizesse a retirada do seu projeto, procu-

ramos até saber daqueles que eram diretamente interessados, que eram os Prefeitos daquelas localidades, do interesse nesta proposta de entendimento. E obviamente fomos informados, por aqueles Prefeitos e por aqueles representantes das comunidades, do interesse na retirada por dez sessões.

Por isto acredito que será no espírito de grandeza que Vossa Excelência assim como já procedeu em outras oportunidades, o nobre ex-Presidente Aníbal Khury, nos afirmando por diversas vezes que quando o propositor da matéria achar por bem a retirada do Projeto, através dos entendimentos, devemos submeter ao conhecimento do Plenário.

Tenho certeza que hoje aqui se demonstra de fato, o Deputado Élio Rusch... paga, de fato, o preço até pelo seu apoio incondicional a todas as questões do Governo do Estado. Hoje nós estamos vendo uma matéria de seu interesse e está justamente, não digo as Oposições, porque as Oposições sempre votaram com o Deputado Élio Rusch, e com certeza farão o mesmo hoje nesta Casa, mas sempre tiveram o voto contrário em muitas matérias de interesse do Estado, de diferentes interesses do Estado do Paraná, tiveram o voto contrário também do Deputado Élio Rusch porque era interesse do Governo do Estado. E lamentavelmente, não para nós, mas até para se configurar ao Deputado Élio Rusch e nesta Casa deve se atuar de fato de forma bastante liberal e não se amarrar incontestemente porque também foi eleito pelas oposições, qualquer tipo de apoio, acho que o apoio deve ser dado a esta Casa aos interesses do Estado do Paraná. Não se derruba por derrubar requerimentos ou informações de companheiros Deputados desta Casa por ser da Oposição. E eu creio, e tenho que registrar lamentavelmente nesta Casa hoje, o Deputado Élio Rusch que tem apoiado incontestemente o Governo do Estado, está pagando esse preço neste apoio.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência entende procedente a questão de Ordem levantada pelo Deputado Élio Rusch com base no Artigo 120, e nas questões de ordem levantada pelo Deputado Rossoni e Paulo Maia que na realidade, e bem como a de Élio Rusch, que já não foram questão de Ordem, mas encaminhamento de votação, nós iremos submeter a nossa decisão ao Plenário, evidentemente, mas não podemos ouvir calados a manifestação do Deputado Paulo Maia que tenta com sua manifestação dizer que a nossa posição não é uma posição de Presidente da Assembléia, vamos dizer uma posição imparcial, mas que seria uma posição parcial e que viria ela sob a recomendação do Governo do Estado

chegado a uma conclusão de que ele mereceria uma retificação, um aprimoramento.

Nós encomendamos, solicitamos a um companheiro nosso, Deputado Bona Turra, que muito bem se expressou já na Tribuna deste Plenário colocando os estudos exaustivos que ele faz com inúmeras pesquisas a respeito dos princípios que norteiam esta questão tributária, enfim, todos os estudos necessários para que se pudesse chegar a um bom termo nesta questão.

Entretanto, Sr. Presidente, nós recebemos, hoje pela manhã, segundo o próprio Bona Turra, ele concluiu os seus estudos às cinco horas da manhã de hoje e nos entregou, à Liderança às onze horas da manhã. Nós estaremos encaminhando este trabalho do Deputado Bona Turra que já foi também discutido com algumas lideranças da região. A nossa assessoria fará um estudo aprofundado nesse trabalho, desta matéria.

Nós queremos deixar claro a esta Presidência que uma vez concluídos estes estudos, nós vamos propor, juntamente com o Deputado Élio Rusch, para que se apresente um anteprojeto de lei que seja encaminhado a este Plenário; uma vez aprovado, seja encaminhado ao Sr. Governador do Estado para uma posterior definição desta questão.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Há sobre a Mesa requerimento do Deputado Hermas Brandão - Requer votação secreta para o Projeto de Lei 410/92, item 11, da Ordem do Dia. Em discussão. Em votação.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO -Pela Ordem.

Me estranha a apresentação do requerimento do ilustre Deputado vice-presidente desta Casa, para que matéria polêmica como esta, da importância desta.

Essas galerias estão lotadas com os prefeitos, vice-prefeitos, vereadores dos municípios envolvidos são mais de 60 municípios envolvidos e interessados nessa discussão.

Pelo que se nota aqui, quer se torpedear o projeto. Esses prefeitos de municípios, entre os quais eu também represento, não querem participação maior daquela que vinham recebendo. Não querem que Itaipu seja toda para Foz do Iguaçu, município privilegiado por receber a obra. As águas pertencem a todos nós. A quem elas pertencem, aonde elas nascem e onde se escoam, não pode sufocar projeto dessa natureza e dessa importância aqui em poucos minutos. O Deputado Élio Rusch está procurando, para que se discuta, vai formular um apelo agora, Sr. Presidente, às Lideranças de bancadas para que se vote em primeira discussão, como determina o regimento. O seu aspecto Constitucional, o ilustre Deputado Bona Turra que estudou o assunto disse na

tribuna que o projeto é constitucional.

Por que não votarmos agora a sua constitucionalidade, para depois o seu mérito e que votemos abertamente, Sr. Presidente, Deputado vice-presidente Hermas Brandão meu amigo. Votamos aqui nesta Casa aberta, democraticamente a Constituição do Estado em 88. Vamos votar agora a lei que estabelece as cotas do ICMS da produção de energia elétrica, não só de Foz do Iguaçu, mas todo Estado do Paraná, nós aqui vamos discutir o projeto do Deputado Élio. Então o que é que fez o Deputado Bona Turra esta noite toda, Deputado? Se derrubarmos aqui o projeto, o que é que fez V.Exa., incumbido pela sua bancada de estudar a matéria e o fez com dignidade e trabalho.

Não podemos, Sr. Presidente, peço desculpas ao meu amigo, companheiro de tantos anos, vice-presidente desta Casa, temos que discutir abertamente e votarmos a matéria democraticamente com voto aberto, cada um conhecendo o voto de cada um. Por que voto secreto? Repetindo e concluindo, da importância dessa matéria para todo o Estado do Paraná.

O SR. ÉLIO RUSCH (Para encaminhar)

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em discussão o requerimento para discutí-lo, Deputado Élio Rusch.

O SR. ÉLIO RUSCH (Para Discutir) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Ilustre Deputado autor desse requerimento, Hermas Brandão.

No instante em que nós atravessamos na vida nacional. No momento, no instante em que se fala nos quatro cantos do nosso país e nossos municípios, da transparência, do trabalho cristalino que deve ser apresentado tanto pelos prefeitos, como dos seus representantes a nível municipal, a nível estadual e também a nível nacional.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se nós votamos voto aberto e o Brasil, inteiro acompanhou a votação do impeachment do Presidente da República, Fernando Collor, por que é que nós numa votação destas devemos exatamente (sic) procurar esconder o nosso voto? Vamos fazer o voto aberto para que exatamente os Prefeitos, as Lideranças que aqui vieram, tanto de Foz do Iguaçu como os catorze municípios do sudoeste também, saibam quem votou a favor, quem votou contra. É este o pedido que eu faço. Não votemos secreto. Vamos mostrar o nosso voto. Vamos mostrar para a nossa Liderança em quem nós votamos. Não tenhamos medo do voto. É isto que eu peço.

Obrigado.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Sr.

Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada, é difícil num momento destes quando os interesses de sessenta municípios estão em jogo, que esta votação seja secreta.

Qual é o medo, Srs. Deputados, de mostrar a sua cara? Qual é o medo, Srs. Deputados, de mostrar o seu voto? Os Senhores têm medo da verdade?

O meu encaminhamento é só este. Quem tem medo da verdade vota secreto. Quem não tem medo da verdade levanta em pé e diz o seu voto sem ter vergonha de sessenta municípios que estão em jogo o seu futuro.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, nós do Partido dos Trabalhadores entendemos que voto secreto se deve dar é em eleições gerais para resguardar o direito de opinião da população e do simples eleitor. Aqui no Parlamento, após ter aqui chegado, jamais deveremos votar secreto. Quem votou em nós, os Prefeitos do interior, a população, todos devem saber os direitos de quem estou defendendo e o que eu defendo neste Parlamento.

Para nós do Partido dos Trabalhadores o voto secreto é o voto da vergonha, é o voto envergonhado. Tem vergonha de assumir publicamente a sua opinião política e a sua posição política perante os governantes e perante a população e perante os seus eleitores.

Nós do Partido dos Trabalhadores somos contra o voto secreto sempre nestas condições dentro do Parlamento. Somos favoráveis a que cada Deputado levante e se manifeste na sua posição. E mais, não simplesmente quem for favorável levante ou permaneça sentado, mas sim causa de tamanha importância a votação teria que ser inclusive nominal, voto a voto, sim ou não, cada Deputado se pronunciando como foi feito na questão do "impeachment" do Collor e como desta feita em todas as questões públicas importantes para que a sociedade saiba quem é quem dentro do Parlamento brasileiro.

O SR. LUIZ H. BONA TURRA (Pela Ordem) -

Quero aqui, Deputado Hermas Brandão, para em face das circunstâncias objetivas que cercam a votação da matéria, retirar da apreciação do Plenário deste Requerimento, por desnecessário. Nós temos aqui matéria pública e publicamente, creio, o conjunto dos Parlamentares integrantes desta Casa têm as condições de decidir.

O Deputado Hermas Brandão em face de circunstâncias que poderiam ser talvez diversas, se tivéssemos a presença de fatores exógenos ou estranhos, à presença que nós temos aqui de lideranças comunitárias, das lideranças políticas, talvez uma medida destas se justificasse.

Creio esse Requerimento não interessa aos municípios envolvidos, tenho absoluta segurança não interessa aos catorze municípios que são municípios limítrofes, que poderiam com certeza, ver liberado um conjunto de votos em circunstâncias de votação secreta, votos que se encontram comprometidos politicamente com a posição que defende Foz do Iguaçu, a legítima posição que defende Foz do Iguaçu como legítima é a posição defendida pelos municípios limítrofes, não interessa aos municípios limítrofes, muito menos interessa ao município de Foz do Iguaçu.

Proporia, ainda, Deputado Hermas Brandão, que o Requerimento de V.Exa. fosse substituído com o Requerimento de votação nominal, porque creio só compreendendo a posição de cada um dos parlamentares e não vai aqui nenhum espírito de vingança nem da parte da liderança de Foz do Iguaçu, como tão pouco da parte das lideranças dos municípios. Creio que um esclarecimento da matéria só vai ser possível quando nós soubermos a posição de cada um dos Deputados, para que nós possamos ter, inclusive na fase seguinte, como disse o Deputado líder da Bancada do governo e do PMDB, a apreciação e apresentação, se rejeitado for. Se rejeitado for esse projeto que é apreciado quanto à sua constitucionalidade, a apresentação de um projeto que possa contemplar e possa significar consenso, porque, Deputado Hermas Brandão, compreende V.Exa., que é um líder político experiente, integrante desta Casa, que a forma superior de democracia é o consenso e tenho certeza que a votação nesse momento deve se dar a nível aberto, nominal até se possível, de modo que é o apelo que eu dirijo ao Deputado Hermas Brandão, para que não paire nenhuma dúvida sobre a conduta que têm os parlamentares e que têm os interessados em sua votação, para que possamos ter uma solução que pelo menos nessa fase, pacifique, Deputado Hermas Brandão, tenha certeza V.Exa., uma votação secreta, feita nessas circunstâncias, ao contrário de ter ganho essa ou aquela posição interessada na votação dessa Casa, só fará aprofundar as divergências, as contradições, e impedirá que em curto prazo nós possamos resolver harmonicamente a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em discussão o requerimento.

O SR. PAULO MAIA - (Para discutir) - Sr.

Presidente, Srs. Deputados, nós queremos em nome da Liderança do PDT, registrar a nossa posição de tristeza por um momento tão sério quanto este, se colocar proposta com este teor, na Mesa. Já foram tantas as questões abertas e polêmicas discutidas

nesta Casa e todos nós assumimos publicamente posições. Foi assim com a questão da autonomia das Universidades, foi assim com a questão do Fundo de Previdência recentemente e eu creio que neste momento não se está procurando jogar Deputado contra Deputado, Bancada contra Bancada ou muito menos entrar em choque com o grande companheiro prefeito de Foz do Iguaçu, Dobrandino da Silva.

É lamentável que, num momento em que a classe política vive uma situação de crédito quase em sua totalidade, num momento de uma decisão, que nós devemos apresentar abertamente as nossas posições, como aqui já disseram os nossos antecessores, tenhamos que votar matéria dessa natureza. Eu tenho certeza que a grandeza, o espírito de grandeza do proponente deste requerimento, Deputado Hermas Brandão, o fará retirá-la de Plenário, fazendo com que possamos aqui dar o nosso voto aberto. O PDT votará como se posicionou desde o primeiro instante, votará favorável à questão da divisão do ICMS como já registrou nesta Casa. Nós assumiremos a nossa responsabilidade e a nossa postura, porque devemos aqui ao Paraná a justificativa das nossas posições.

É lamentável e creio que pode ter havido confusão. Não é questão de veto. Não estamos discutindo veto, porque o veto automaticamente iria para uma votação secreta, mas estamos definindo a situação de comunidades de diferentes cantos deste Estado, como já nos posicionamos anteriormente em relação ao requerimento proposto.

Já que aquilo não foi possível, que se não cometa aqui nesta Casa, ato que vai simplesmente denegrir ainda mais a imagem deste Parlamento e todos pagarão o preço que não devem, por não terem assumido e tenho certeza que não será aprovado por este Plenário, requerimento dessa natureza, mas todos pagarão o preço que não devem, se aprovado for o requerimento do companheiro Hermas Brandão.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A palavra está com o Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Sr. Presidente, Srs. Deputados. Observamos e já tínhamos em mente de que esse projeto, sem dúvida nenhuma, seria polêmico. Estou encaminhando, por várias razões, uma delas é para reconhecer o trabalho do Deputado Élio Rusch. Temos a presença dos Prefeitos da região de Lindeiros e a presença do Prefeito de Foz do Iguaçu aqui conosco.

Discordo de alguns pontos que aqui foram colocados por alguns dos Senhores Deputados. Em relação ao Deputado Rossoni, que até acho justo questionarem as razões

do Requerimento do Deputado Hermas Brandão, mas a forma como coloca é uma forma que agride o decoro parlamentar, na verdade, quando afronta a idoneidade dos Senhores Deputados.

Quero dizer que a posição em que se coloca hoje este Projeto, é um Projeto que abre novos caminhos por mais que haja a tentativa do Deputado Élio Rusch no seu Projeto e entendemos que faltou uma amplitude maior nas decisões, uma vez que tive conhecimento de que já haja entendimento entre o Deputado Élio Rusch com os Senhores prefeitos de Foz do Iguaçu - e eu até o parabeneizei por este entendimento.

Mas quero oferecer uma sugestão ao Deputado Élio Rusch. E discordo também quando o ilustre Deputado Paulo Maia tentou colocar Vossa Excelência Deputado Élio Rusch, em confronto com a bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, questionando a sua decisão de sustentação ao Governo nesta Casa. Quero oferecer uma sugestão, se for inviabilizado o desejo de Vossa Excelência através do Requerimento que se vota neste momento, sugiro a Vossa Excelência que faça o entendimento entre o Líder do Governo nesta Casa e que marque uma audiência com o Governador Roberto Requião, isto, se o seu projeto for inviabilizado pela decisão soberana desta Casa, e que proponha um novo projeto ao Governador do Estado, que através da participação da fatia do bolo do Estado no ICMS dos 14 municípios possa haver um entendimento para que Vossa Excelência junto com os Prefeitos, busquem um repasse maior para estes 14 municípios atingidos pelas águas do Rio Paraná.

Vejo este caminho para o entendimento. E quero dizer também que esta atitude de Vossa Excelência é louvável, e também louvável a luta dos Prefeitos que aí estão, mas também é louvável a luta do Prefeito de Foz do Iguaçu, porque a obrigação dos prefeitos, seja de qual lado for, é defender os seus municípios e a sua população que neles confiaram nas eleições próximas passadas.

Esta é a nossa posição.

E quanto a questão do Requerimento do Deputado Hermas Brandão não vejo razão para criar tantas polêmicas uma vez que o entendimento é mais ou menos o que pensa o Deputado Hermas Brandão é para não jogar em confronto os Senhores Deputados, não é a questão de confronto entre os Senhores Prefeitos.

Eu acho justo e válido que o Requerimento do Deputado Hermas Brandão seja apreciado pelo Plenário para não termos aqui um momento desagradável entre os Senhores Deputados.

Cada um decide conforme a consciência a posição do seu voto.

Era isto, Senhor Presidente.

V.Exa. não entendeu, me desculpe.

Muito obrigado.

O SR. VALDIR ROSSONI - (Pela Ordem) -

O nobre Deputado citou que faltou decoro parlamentar a este Deputado.

Eu acho que ter vergonha nas atitudes nossas não é nem decoro Parlamentar.

Nós temos que enfrentar o nosso voto de frente. Dizer "sim" ou "não" a este Projeto não é decoro parlamentar.

Eu falei que nós não podemos ter medo da verdade. E quem teme a verdade, sabe muito bem que pode ter algo errado.

Outro assunto que o Deputado citou aqui: o de que nós poderíamos, para não haver atritos entre os Deputados, nós poderíamos esperar um projeto do Governador.

Eu, há mais de um ano apóio o Governador, nesta Casa, voto com a Bancada. Mas, no Paraná, não é só o Governador deste Estado quem pode fazer justiça.

Nós fomos eleitos pelo povo do Paraná para apresentar projetos, aqui, para reestabelecer a verdade. E este Projeto do Deputado Élio Rusch é um direito que lhe cabe, constitucionalmente. Até parece, pelo discurso do nobre Deputado, que é só o Governador deste Estado quem pode apresentar projeto que beneficie a maioria dos paranaenses.

Desculpe-me, Senhor Deputado, mas não concordo com Vossa Excelência.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, apenas para refrescar a memória de V.Exa., eu acho que V.Exa. não entendeu, talvez distraído conversando...

O SR. VALDIR ROSSONI - O Senhor não entende é votação secreta...

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Eu ouvi V.Exa. Peço a V.Exa. que me ouça. Eu disse que entendimento entre os Prefeitos com o Deputado Élio Rusch e o Líder do Governo poderia até buscar novos caminhos. E V.Exa, talvez, não ouviu isso...

O SR. VALDIR ROSSONI - Nós ficamos uma semana conversando com representante do PMDB, nesta Casa!

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Senhor Presidente, eu pediria para que V.Exa. me assegurasse o direito à palavra.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Mas, peço a V.Exa. que conclua a Questão de Ordem.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Que V.Exa. entenda, Deputado, que eu estou tentando ajudar a buscar um novo caminho. Então, talvez V.Exa. não entendeu. E se

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA (Pela Ordem) - Fui mencionado aqui, pela décima vez, creio que seja a questão de esclarecer, Senhor Presidente, que embora na representação da Bancada do PMDB, não tenho nem possuo o condão de promover milagres.

O entendimento, como disse, em torno de matéria polêmica como esta, só é possível com a superação da lei de Gerson, em que todos pretendem levar vantagem em tudo. O esforço que fizemos foi o de redigir, o de elaborar, o de conceder uma fórmula, que ela sim poderia ser invalidada, mas não se poderia ter questão com relação ao seu resultado. Esta fórmula foi apresentada. Reuniu-se uma base de apoio ligeiramente superior ao Projeto originalmente proposto. Mas, não, Senhor Presidente e Senhores Deputados, a base suficiente para sua aprovação.

De modo que fosse validado o Anteprojeto de Substitutivo Geral, nós teríamos que preliminarmente votar pela constitucionalidade, em 1ª discussão, do Projeto de autoria do Deputado Élio Rusch, para que pudéssemos então, em seguida, apreciá-lo.

É preciso este esclarecimento para que nós tenhamos os fatos como efetivamente ocorreram. A semana passada, no Gabinete do Deputado Valdir Rossoni, tive a oportunidade de manifestar que mesmo com base neste Substitutivo Geral, que parecia reunir uma base de consenso um pouco superior ou infinitamente superior ao projeto original, já que o projeto original remetia a Foz do Iguaçu apenas 19,6 do total da arrecadação decorrente da geração de energia. E este, por uma fórmula que é engenhairal, técnica e sustentada doutrinariamente, remete para 75%. Mas, não posso, Deputado Valdir Rossoni, produzir milagres.

De modo que não posso admitir que V.Exa. como ninguém mais, venha reivindicar de mim algo que está além das minhas forças. Mas, tenho certeza que no debate, em conjunto com a Bancada do Partido, com os demais Parlamentares, nós seremos capazes de votar esta matéria. É essa a questão que levanta o Deputado Hermas Brandão como também a constitucionalidade do Projeto, para que nós possamos disciplinar uma matéria que é de competência da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e do Estado do Paraná. Tanto o Poder Executivo tem autoridade para mandar a esta Casa Projeto, como tem esta Casa autoridade para elaborar Projeto que disciplina essa matéria. De modo que fica o esclarecimento e não é possível que depois de um esforço

como uma punição do Governo do Estado ao seu companheiro do bloco parlamentar na Assembléia. A nossa decisão, Deputado Paulo Maia, ela está, evidentemente, restrita ao cumprimento do Regimento da Casa, é evidente que em outras ocasiões matérias foram retiradas, e como bem disseram Vossas Excelências, mediante entendimento do autor do Projeto com os demais Srs. Deputados, não houve entendimento, esse Projeto foi à Ordem do Dia, dia 26 de abril, após diversas reuniões e após diversos entendimentos do autor do Projeto, dos demais líderes de Bancada com o apoio da Presidência da Assembléia, havíamos anunciado, inclusive, o Projeto para uma outra Sessão e o transferimos para hoje em cima desses entendimentos. Como a retirada não é possível dentro daquilo que estabelece o Regimento a Mesa deixou sim, cumprindo o Regimento, deixou de receber o requerimento de retirada do Projeto, mas não deixará de submeter esse pedido ao Plenário que é soberano e conforme estabelece o Artigo 120 do nosso Regimento que diz que de toda decisão da Mesa caberá recurso ao Plenário, e é isso que vamos fazer agora, onde a vontade soberana do Plenário irá se manifestar, e não a vontade do Presidente que nesse aspecto não manifestou a sua vontade, mas tão somente manifestou-se pelo cumprimento do Regimento no trato de uma matéria altamente polêmica onde o entendimento não houve entre as partes.

Pela Ordem, com a palavra o Deputado Rosinha.

DR. ROSINHA - Sr. Presidente, o Art. 104 diz que todas as dúvidas sobre a interpretação desse Regimento na sua prática, constituição e Questão de Ordem, a minha questão de Ordem é a seguinte, em que Artigo do Regimento Interno está estabelecido que um partido pode dar Horário de Liderança para outro Partido?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta é uma decisão de Plenário que concordou que se o Deputado Líder da Bancada assim entender poderá ser cumprido. A Mesa está cumprindo uma decisão anterior desse Plenário.

O SR. DR. ROSINHA - Pela Ordem, agora no Artigo 105, eu só quis fazer essa questão de ordem para mostrar a V.Exa. que o Regimento Interno sempre é desrespeitado, só nessa questão fundamental que V.Exa. faz questão de cumprí-lo.

SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No dia de hoje ela não está sendo desrespeitada. O Plenário é que vai decidir, se respeita ou desrespeita.

Pela Ordem, com a palavra o Deputado

Paulo Maia.

SR. PAULO MAIA - Eu só gostaria de dizer a V.Exa. que eu destaco, de fato, o espírito de grandeza que V.Exa. acaba de tomar, a decisão que V.Exa. acaba de tomar, e em momento algum quis registrar a parcialidade de V.Exa., mas quis manifestar, obviamente, a minha preocupação e com certeza eu tinha que citar o fato das votações frequentes do Deputado Élio Rusch, mas em hipótese alguma contestando, e destaco aqui o espírito de grandeza de V.Exa. que toma uma decisão como esta Casa tomou de outras vezes.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Eu agradeço a manifestação de V.Exa. e retiro as manifestações que não compreendem aquilo que V.Exa. se manifestou.

A Mesa esclarece que vamos colocar em votação o requerimento do Deputado Élio Rusch que requer a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei 410/92.

Nós temos que fazer duas votações, Nesta primeira oportunidade o Plenário irá decidir se mantém a decisão da Mesa de não receber o requerimento ou vota contrário à decisão da Mesa, aceitando o requerimento; posteriormente, nós iremos, sim votar o requerimento.

Então, na primeira votação, os Deputados que forem favoráveis à decisão da Mesa de não receber o requerimento queiram levantar-se.

Solicito ao Sr. 1º Secretário, Anibal Khury, que proceda à contagem dos Srs. Deputados que forem a favor da decisão da Mesa de não receber o requerimento.

Os Deputados que são contrários à decisão da Mesa de não receber o requerimento, portanto, favoráveis à recepção do requerimento, queiram levantar-se.

A Mesa anuncia o resultado: 14 (quatorze) Srs. Deputados são contrário à decisão da Mesa e, portanto, favoráveis à recepção do requerimento; 28 (vinte e oito) Srs. Deputados são favoráveis à decisão da Mesa e, portanto, contrários à recepção o requerimento. Está mantida a decisão da Mesa. Continua em votação na Sessão de hoje o projeto.

O SR. RENATO ADUR - Senhor Presidente (Pela Ordem).

(Assentimento).

Senhor Presidente e Srs. Deputados, realmente, esta Liderança entende que o projeto do Deputado Élio Rusch é um projeto com uma certa polêmica e um projeto de interesse social. Entretanto, o projeto do Deputado Élio Rusch estudado pela nossa assessoria e bastante discutido, inclusive com os interessados das regiões, os prefeitos, as lideranças das regiões, foi

tão expressivo como fez o Deputado Élio Rusch para trazer a matéria à votação, como também o esforço de todos nós envolvidos no estudo da matéria fizemos, possamos ser incriminados por isso. Interessante há um velho provérbio chinês em que depois de se ter a conquista da revolução, se voltam a quem promoveu essas conquistas, e dizem: "Fizemos tudo isso sozinho".

Creio que essa posição Deputado Waldir Rossoni, V.Exa. me perdoe, mas essa posição não contribui com o encaminhamento disso. Aliás, creio que as contradições que foram reveladas no encaminhamento dessa matéria entre os que apoiavam a matéria e apóiam a matéria, que é a matéria submetida pelo Deputado Élio Rusch, é que talvez tenham sido responsáveis para não termos um sucesso ainda maior. E acredito que nós, na votação seguinte, mesmo na votação secreta, nós teremos uma expressão que traduza a correlação de forças nessas circunstâncias e que pode ser alterada com o esforço e o trabalho político. De modo que não considero vencido, nem me considero invalidado pela minha Bancada. A Bancada do PMDB, aliás, não se reuniu para tratar da matéria e se põe numa situação que é uma situação sui generis, porque quem não tem representação na Região Oeste do Estado pode votar a matéria sem nenhum problema. Agora, quem tem - como tem o PMDB - representação expressiva, tanto em Foz do Iguaçu, Marechal Cândido Rondon, Diamante do Oeste, Santa Helena, Medianeira e Mercedes, com certeza, tem dificuldades para se pronunciar. Mas eu creio que no interior da minha Bancada como também junto às demais Bancadas nós teremos uma votação que expressa uma correlação de forças e o resultado de um trabalho que até agora se fez.

Se incrimine sim, quem não trabalhou. Se incrimine quem não estudou, quem não se dedicou a disciplinar matéria que é de relevante interesse público de 60 ou menos de 60 municípios do Estado e de relevante interesse público para o Estado do Paraná. Quero dizer, Senhor Presidente, Senhores Deputados que essa questão é uma questão de Estado, porque decidindo mal, já pude dizer isso, decidindo mal a Assembléia Legislativa, nós renunciaremos direitos do Estado do Paraná em relação ao Estado de São Paulo e, com certeza, não é esse o interesse da Assembléia do Paraná e com certeza não é esse o interesse da cidadania. É independente do resultado que aqui se tenha, já tive a posição da Liderança da Bancada do PMDB e de Governo, nós teremos, pelo PMDB e em conjunto com as demais forças, o encaminhamento para essa matéria. Por que independentemente acima das forças imediatas que se põe em jogo estão os interesses do Estado do Paraná que precisam

ser preservados e garantidos.  
Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa coloca em votação o requerimento do Deputado Hermas Brandão que requer votação secreta para o 410/92.

Aprovada.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa defere.

Os Deputados que forem a favor da votação secreta, queiram levantar-se: vinte e seis.

Os contrários, queiram levantar-se: onze.

Está aprovada a votação secreta para o Projeto 410.

1.<sup>a</sup> votação do Projeto de Lei 410/92.

O SR. ÉLIO RUSCH (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados, caros Prefeitos, Vereadores e lideranças aqui presentes.

O que nós queríamos, na verdade, no início da discussão e votação desse Projeto, era exatamente um maior entendimento, aliás maior entendimento invocado também pelo Deputado líder do Governo e do PMDB, Deputado Renato Adur, o maior entendimento para que os Deputados fizessem um estudo mais aprofundado invocado também pelo Deputado Dirceu Manfrinato.

Era exatamente isso que nós queríamos quando pedimos a retirada desse Projeto pelo período de dez Sessões. Agora chegamos na hora da votação desse Projeto, e como a 1.<sup>a</sup> Votação, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é visto não o mérito mas sim a constitucionalidade do Projeto, e nós temos aí, anexo na Ordem do Dia o Parecer examinado pela Comissão de Constituição e Justiça que diz o seguinte:

"COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 410/92

"De autoria do ilustre Deputado Élio Lino Rusch, chega a esta Comissão o Projeto de Lei em epígrafe que acresce e altera, de forma interpretativa, dispositivos da Lei Estadual nº 8.933/89, Lei instituidora do ICMS.

Analisando-se o presente, observa-se que, por ser de caráter interpretativo, escorando-se nos termos do art. 106 do Código Tributário Nacional, o mesmo não fere nenhum dispositivo legal e constitucional.

Nestas condições, opinamos favoravelmente a tramitação e aprovação do presente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12/92

ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
PLAUTO MIRÓ GUIMARAES - Relator"

Muito bem, Senhores Deputados, não vamos votar o mérito hoje. Por uma questão de justiça, de reconhecimento de um trabalho realizado por muitas e muitas horas pelo ilustre Deputado Bona Turra, aliás o Deputado Bona Turra designado pela liderança do PMDB e liderança do Governo, para que procedesse este estudo em conjunto com o Secretário da Fazenda Dr. Heron Arzua, em conjunto com mais de dez técnicos desta Secretaria bem como da COPEL e da ITAIPU BINACIONAL.

Foram constantes as viagens efetuadas pelos Prefeitos do Oeste do Estado, do Norte, do Sudoeste, do Sul do nosso Estado, que chegaram aqui na Assembléia negociar exatamente com o Deputado designado pela liderança do Governo, aqui na Assembléia.

Em princípio, já disse antes, a proposta apresentada não foi aceita nem pelos Prefeitos e também não atendia as necessidades de Foz do Iguaçu, mas para que pudessemos chegar a um meio termo se aceitou a proposta que é a de que 50% do ICMS, algo em torno de 30 bilhões por mês, seja destinado ao município sede, ou seja Foz do Iguaçu e os 50% restantes serão destinados conforme área alagada.

Nós pedimos, Senhor Presidente, Senhores Deputados que dêem uma olhada para a área alagada, para os municípios que tiveram suas áreas alagadas. As áreas alagadas, hoje debaixo d'água, eram produtoras de soja, de milho, leite, suínos e por sua vez geravam ICMS.

Nós fomos criticados por dar entrada nesse Projeto por algumas lideranças partidárias da região Oeste, e eu posso dizer aos Senhores que em todo índice do ICMS, e cada município forma o seu é através de dois critérios: o ICMS no valor primário e no valor agregado.

Na indústria existe a matéria prima, e como já foi citado, na região Oeste o caso da SADIA.

A SADIA produz suínos em diversos municípios, produz aves em diversos municípios, mas os municípios produtores de suínos e aves se tributam no valor primário de ICMS, e o município de Toledo e outros municípios se creditam no valor agregado, que é a transformação de matéria-prima em produto final, e a ITAIPU BINACIONAL nada mais é do que um complexo industrial, e o complexo industrial é composto por três elementos básicos: a água, a barragem e a casa de forças.

É isso que nós queremos, mas apelamos novamente à sensibilidade dos Senhores Deputados para que nós votemos hoje apenas a constitucionalidade desse Projeto, em uma

próxima vez, amanhã se apresente então o substitutivo e parta-se para uma outra negociação, negociação invocada pelo Deputado Renato Adur e pelo Deputado Dirceu Manfrinato. É só isso que queremos, para que os Prefeitos possam sair daqui para amenizar os seus Municípios, que valeu a pena negociar, que não estávamos brincando, não fomos feito palhaços, porque aquilo que nós fizemos, as negociações foram cumpridas.

E não é só os Municípios da Região do Lago do Itaipu, nós temos os Municípios do Norte, o Município de Sertaneja, o seu representante é o Deputado Severino Pádua, nós temos o Município de Sertãoópolis, seu representante, pela informação, nesse caso é o Deputado Alborghetti; o Município de Jardim Olinda, seu representante Cleiton Kielse, Paranapanema, Deputado Cleiton Alvorada do Sul, o representante Duxval Amaral; Laranjeiras do Sul, Henrique Bona Turra, e tantos outros Municípios a mais. Não venhamos a fazer uma injustiça com esses e tantos outros Municípios, mais de sessenta em nosso Estado.

É isso que nós pedimos, por favor Senhores Deputados votemos a constitucionalidade. Se nós fôssemos rejeitar o Projeto hoje, de nada adianta a CCJ se reunir e votar a favor da constitucionalidade porque a Plenária já derruba a sua constitucionalidade. Vamos aprovar hoje, amanhã apresenta-se o substitutivo, e daí sim parte-se para um amplo debate, um amplo entendimento.

É isso que nós queremos. Senhor Presidente e Senhores Deputados, acredito acima de tudo que a justiça social com os Municípios seja respeitada e seja feita.

Muito obrigado.

O SR. VALDIR ROSSONI (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada, Senhores Prefeitos, Votadores que estão aqui presentes, meus respeitos.

Quando encaminhamos o Requerimento de votação secreta, ao me expressar referindo-me ao Deputado Bona Turra, eu quero deixar aqui o meu reconhecimento pelo trabalho feito pelo Deputado Bona Turra, um trabalho profissional, um trabalho que poderia atender as duas partes; mas não posso concordar com o posicionamento da Bancada do Governo nesta Casa.

A Bancada do Governo, quando tem matérias polêmicas para serem discutidas, elas nos reúnem, explicam o Projeto para que seja votado, essa aqui foi fechada a questão, pelo que eu notei da votação, e nós não fomos consultados, foi falta de consideração. Prezados companheiros, ao votar este Projeto de distribuição, ou de redistribuição de ICM, os Senhores estarão dis-

tribuinando o ICM produzido por aquelas áreas aonde produzia soja, aonde produzia feijão, aonde produzia milho, e que hoje tem água. Alguns Deputados querem argumentar com os royalties é um direito adquirido de todos os Municípios, inclusive o município gerador da energia elétrica. Mas as áreas inundadas são produtivas. E estas áreas não rendem mais ICMS. O que rende ICMS é a água ali depositada e que vai as turbinas para gerar energia para todo o Brasil.

De repente noto este plenário alheio à esta questão mas espero que os Senhores Deputados na última instância, no último momento, agora na hora da votação secreta, restabeleçam através do voto secreto a verdade. Não somente a verdade, mas sim restabeleçam o direito destes municípios que hoje perdem a maior arrecadação, o ICMS.

Os senhores vejam, comparando dois municípios, o município de Foz do Iguaçu, sendo reprovado este projeto, será beneficiado e o município de Guaíra, que tinha as Sete Quedas, os seus hotéis ficavam lotados, gerava ICMS. Agora, os Deputados do Paraná dizem que Guaíra não perdeu nada do seu turismo, que os municípios de Itaipu, de Foz do Areia e outros municípios, também não perderam suas terras agricultáveis, onde geravam-se ICM. Os Deputados do Paraná estão interpretando desta forma.

Mais um ponto muito importante a ser ressaltado. Estes municípios que tiveram áreas desapropriadas para serem inundadas, aquele pequeno agricultor que morava no seu município, lá no interior de Medianeira, foi tirado de sua terra. E vocês sabem muito bem que nós nos apegamos à nossa propriedade. Por mais justa que seja feita a desapropriação, ela é injusta, porque tira o homem onde queria viver, obrigando-o a viver em outro lugar que nem conhecia. Tenho experiência própria com o município de Bituruna, com o município de Cruz Machado, com o município de União da Vitória, com o município de Porto Vitória. Estes municípios, com áreas desapropriadas os agricultores saíram de suas terras, se transformaram em sem terras e em favelados desta cidade. Nem 10% desta população hoje tem a mesma qualidade de vida que tinha quando morava em seu habitat. E agora, além de perdermos tudo isto, vamos perder aqui também o ressarcimento do que perdemos no passado.

Sempre disse em minhas andanças por este Paraná que não existe casa mais sensível do que a Câmara dos Deputados. Qualquer clamor da população o Deputado aceita e vira vontade popular. E hoje, pelo que tenho notado, pelo encaminhamento das votações, pelo requerimento da votação secreta, noto que meus colegas Deputados,

com todo o respeito que tenho pelos senhores, sempre os respeitei, mas hoje não estamos ouvindo o clamor da população.

Espero que esta decisão secreta não venha crucificar a todos os Deputados. Por isto que não queria votação secreta, porque nós não podemos ter, Senhor Deputado Manfrinato, não podemos ter medo do nosso voto, porque quando o povo nos concedeu na urna autorização para vir aqui foi para nós estudarmos os projetos, e fazermos aqui o bem público, e se nós rejeitarmos o projeto do Deputado Élio Rusch não estaremos fazendo o bem público, estaremos aqui cometendo uma grande injustiça entre tantas que já foram cometidas a esses municípios que tiveram as suas terras mais férteis inundadas, e tiveram seu turismo, como o município de Guaíra simplesmente terminado, os seus hotéis estão lá para quem quiser comprar ou quiser de presente, porque ninguém vai à Guaíra, porque acabaram com nosso turismo. Foz do Iguaçu que além daquela beleza ganhou a Usina de Itaipu que transformou-se em mais uma atração turística a Foz do Iguaçu.

Ao encerrar o meu encaminhamento, Senhores Deputados, eu gostaria de um minuto da sua atenção, espero que a decisão desta votação não arranhe a autoridade moral desta Casa.

Muito obrigado.

SR. OVÍDIO CONSTANTINO - (Para encaminhar)

SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação o projeto.

SR. OVÍDIO CONSTANTINO - (Para encaminhar)

Senhor Presidente, Senhores Deputados, o Projeto do Deputado Élio Rusch entrou nesta Casa no final do ano passado, já decorrem quase seis meses, e hoje nós nos deparamos com estas situações polêmicas aqui na votação. Isto é um testemunho e uma prova de que o projeto precisa ser discutido, precisa ser votado, aperfeiçoado. E se dado o encaminhamento nessa Assembleia Legislativa, já foi dito por vários Senhores Deputados e como o próprio projeto enumera o Projeto vai alterar a Lei Estadual, a Lei nº 8.933, portanto não há nada de inconstitucionalidade como já foi dito pelos Senhores Deputados aqui nesta Casa. Em nome da Bancada do PT nós queremos encaminhar favoráveis à aprovação do projeto, porque entendemos que não é possível nós derrubarmos um projeto dessa natureza depois de tanta discussão, de tantas negociações por quase seis meses, isso nos faz refletir que não é uma coisa tão simples, que ou secreta, ou aberta a votação se possa, no nosso entendimento, rejeitar esse projeto. Eu quero dizer que é lamentável, será muito lamentável para

essa Assembléia Legislativa, para o povo envolvido nesse projeto e para a opinião pública do Paraná se após toda essa discussão, todas as negociações feitas esse projeto for rejeitado. Isso é uma prova de que, no meu entendimento, me desculpem Senhores Deputados, nós não estamos agindo com seriedade, não deveríamos falar isso antes da votação, mas eu quero dizer a minha opinião antecipada, porque não acreditamos que será rejeitado o projeto. Nós viemos hoje apenas votar a constitucionalidade, e o projeto merece a aprovação em 1.ª discussão porque amanhã ele poderá receber substitutivo ou emendas, e ser devolvido à Comissão de Constituição e Justiça e nós teremos o tempo necessário para complementar as negociações.

Se nós encerrarmos hoje, derrotando o projeto, é no mínimo uma situação difícil, que entendo, para a Assembléia Legislativa do Paraná. Porque, se fosse tão simples, nós não estaríamos debatendo por quase seis meses este projeto. É sinal que é polêmico e, se é polêmico, temos que dar uma solução para o problema e a solução é aprovarmos hoje para não voltar à estaca zero o projeto e, depois, continuar então, as negociações para os consertos possíveis que terão, na seqüência, quando for apresentado o substitutivo ou as emendas na Sessão de amanhã; aí, entendo que o trabalho do Deputado Bona Turra dará grande contribuição, se não está perfeito, como ele próprio disse, e que não tem, talvez, esta intenção de apresentar um substitutivo perfeito, corrigindo e negociando as deficiências ou as necessidades que há em negociação no referido projeto ou no seu substitutivo.

Portanto, queremos crer que secretamente, como vai ser a votação, o projeto seja aprovado e por unanimidade desta Casa; espero que os Deputados não irão votar contrário pela importância do projeto. Se não estou me fazendo entender, acredito ser do entendimento de todos os Senhores Deputados. Porque não é simples, não é simples que vamos para uma votação secreta ou pública rejeitar o projeto. Espero que não seja esta a intenção do Deputado Hermas Brandão quando apresentou o requerimento para a votação secreta, mas espero que seja o contrário, que possa dar aos Senhores Deputados a oportunidade para, livremente, entenderem a seriedade do problema e votarem pela aprovação do projeto na primeira votação e corrigirmos após a reapresentação ou a votação de amanhã, quando entrará, então, o substitutivo e as emendas.

Portanto, acreditamos que seja aprovado o projeto na votação secreta.

Era isso, Senhor Presidente, muito obrigado.

O SR. VALDIR ROSSONI - Eu gostaria de consultar a Mesa sobre os seguintes questionamentos: os projetos de lei em discussão são analisados pelo Plenário em seus aspectos constitucionais?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Na primeira discussão e na votação, apenas no aspecto constitucional.

O SR. VALDIR ROSSONI - Existe uma emenda corretiva do Deputado Bona Turra que visa a corrigir os vícios constitucionais do projeto em questão. Se o projeto encontra-se em primeira discussão, sendo analisada a sua constitucionalidade, porque a Mesa não aceita a emenda que visa a corrigir os vícios constitucionais.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Deputado Valdir Rossoni, Vossa Excelência conhecendo como conhece o Regimento da Casa, sabe muito bem que qualquer emenda somente será apreciada em segunda discussão. Não tem amparo regimental a apreciação de emendas em primeira discussão.

A Mesa orienta aos Senhores Deputados para a votação.

Ao ser chamado pelo 1º Secretário, Deputado Anibal Khury, o Deputado deverá retirar junto à Mesa o envelope, dentro do qual colocará a cédula sim ou não. As cédulas estão à disposição na cabine ao lado, como de costume.

Os Deputados que forem a favor do projeto votarão SIM. Os Deputados que forem contrários ao projeto votarão com a cédula NAO.

Solicito ao Senhor 1º Secretário, Anibal Khury, que proceda à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Anibal Khury) - (Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados para a votação).

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Procede à chamada nominal).

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI - Senhor Presidente.

Solicito a Vossa Excelência que considere o meu voto favorável ao Deputado Élio Rusch, para que os Deputados Doutor Rosinha e Rossoni, que são fiscais da verdade, donos da verdade, não possam amanhã mentir ou falar inverdades quanto à minha posição perante os Senhores Prefeitos, Senhores Vereadores e esta Casa.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Eu quero dizer ao Deputado Annibelli que ele não precisaria ter se escondido lá atrás para votar pela votação secreta, en-

tão ele pode votar aberto ou pode votar secreto. Ninguém se esconde atrás da votação. Eu nunca duvidei da sua palavra.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Não procede nenhuma das duas manifestações e a Mesa prossegue a votação, Deputado Anibal Khury com a palavra.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Anibal Khury) - (Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa convoca os Senhores Deputados Djalma de Almeida César, Valdir Rossoni, Dirceu Manfrinato e Luiz Carlos Alborghetti, para procederem à contagem dos votos.

(Pausa)

47 (quarenta e sete) Senhores Deputados votaram.

Esta Presidência anuncia o resultado da votação.

Nenhum voto em branco.

Um voto nulo.

Dezoito votos pela aprovação do projeto.

Vinte e oito votos pela rejeição do projeto.

O projeto está rejeitado.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 327/91, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 55/91, transforma a coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, em autarquia, dotada, nos termos do art. 7º, inciso I, da Lei nº 8485 de 03 de junho de 1987, de personalidade jurídica de direito público, autonomias de gestão administrativas, financeira e patrimonial, tendo vinculação à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente - SEDU. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. EMENDA DO PODER EXECUTIVO - MENSAGEM nº 123/92, com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J..

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 03 (três) sessões do Projeto de Lei nº 327/91. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 03 (três) sessões do Projeto de Lei nº 327/91.

O SR. ÉLIO RUSCH (Pela Ordem) - Senhor Presidente, nós só queremos agradecer aos Deputados que votaram a favor do projeto e na esperança que esta Casa realmente encontre um dispositivo regimental e legal, conforme os entendimentos já mantidos durante os últimos meses, para que possa ser reapresentado à Assembléia Legislativa, para que o trabalho elaborado pelo Deputado Bona Turra e para que a Li-

derança do Governo e Liderança do PMDB não caíam no descrédito diante dos sessenta e poucos municípios do Estado do Paraná. Por isso é que pedimos, porque somos Deputados para honrar o nosso cargo e para que a justiça seja feita.

Buscaremos uma representação desse projeto e é para isso que convocamos, com entendimento já mantido com os Deputados do PMD, com a Liderança, com o Deputado Luiz Henrique Bona Turra, um encontro para que possamos encontrar exatamente essa válvula como foi dito pelo próprio Líder Deputado Renato Adur e também pelo Deputado Dirceu Manfrinato, para que nós iniciemos esta luta ainda hoje se preciso for. E que não deixemos os Prefeitos do Oeste do Paraná, que os Prefeitos do Norte, do Sul e do Sudoeste saíam decepcionados com a Assembléia Legislativa. Que nós não votemos partidariamente! E digo, o Prefeito de Marechal Cândido Rondon é meu adversário político, o Prefeito de Santa Helena é meu adversário político, os dois prefeitos são do PMDB. E se eu fosse ver a questão partidariamente, nem lutaria por esse dinheiro; mas sou Deputado por Marechal Rondon e Santa Helena e é com meu cargo que tenho que fazer justiça.

Espero que os Deputados com os seus cargos façam justiça em favor dos municípios do Estado do Paraná. Nós perdemos a nossa área! O Paraná perdeu! Os municípios perderam!

Por favor, Senhores Deputados, vamos fazer exatamente isto que o Deputado Dirceu Manfrinato disse e o que disse o Líder do Governo na Assembléia Legislativa, Renato Adur, conclamar para um amplo entendimento. E nós o procuramos durante muitos e muitos meses, mas, infelizmente, não encontramos ressonância na Assembléia Legislativa. E esperamos que a partir de hoje, a partir desta votação secreta que foi feita hoje, possamos com o PMDB, com o PP, com o PTB, com o PFL, com o PDT que foi o primeiro partido que fechou questão neste projeto, possamos realmente encontrar aquilo que foi fechado e falado hoje acerca da discussão deste projeto.

Encontramos uma saída, sim! Mas esperamos que as palavras ditas pelo Deputado Renato Adur, pelo Deputado Dirceu Manfrinato, realmente encontrem ressonância. E que possamos reapresentar este projeto já na próxima semana se preciso for, que se entre com este projeto aqui na Assembléia Legislativa e que possamos atender a todos os municípios!

Muito obrigado aos Senhores Deputados que votaram a favor! E os Deputados que votaram contra, na esperança e na certeza de que deverão fazer justiça, não partidária, não política, mas deverão fazer justiça com a sociedade e com os municípios

do nosso Estado.

É isto que queremos, Senhor Presidente! É isto que queremos, Senhores Deputados! Vamos fazer justiça para com o povo! Não podemos nos calar diante dessa situação. E o Município de Santa Helena, que é administrado pelo PMDB, perdeu 83% da arrecadação do seu ICMS; o Município de Itaipulândia, administrado pelo PDT, perdeu 93%; o Município de Guaíra, se tem um município que sofreu na carne, é o Município de Guaíra. Este município perdeu o que tinha de mais belo e mais formoso, que era a sua riqueza, a sua economia, pautada no turismo. E Itaipu levou embora. Levou as Sete Quedas, e foi notícia nacional como cidade fantasma. Vamos fazer justiça com Guaíra! Vamos fazer justiça com os municípios que perderam as suas terras!

Por favor, Senhores Deputados do PMDB, por favor Deputados do bloco do Governo, vamos fazer justiça! Votei com o Governo durante muito e muito tempo. Não me arrependo! Mas quero, sim, Senhores Deputados, que encontremos acima de tudo a justiça para os municípios e que não votemos partidariamente, não votemos emocional e apaixonadamente! Mas que votemos de acordo com a nossa consciência, de acordo com aquilo que precisamos fazer como representantes legítimos e dignos da sua comunidade!

Muito obrigado, Senhor Presidente e Senhores Deputados!

(Aplausos)

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Senhor Presidente, entendemos a exaltação do Deputado Élio Lino Rusch, entretanto, entendemos também que o equilíbrio, que o bom senso devam prevalecer nesta Casa.

Não é justa a alegação do Deputado Élio Lino Rusch, quando diz que o PMDB é o responsável por qualquer ato que ocorra nesta Casa. Não é justa a alegação do Deputado Élio Lino Rusch querendo dizer que apenas 13 Deputados do PMDB tenham decidido esta questão. A questão foi colocada em plenário e o Plenário teve soberanamente a sua decisão.

Nós, em momento algum, Senhor Presidente, Senhor Deputado Élio Lino Rusch, cortamos qualquer tipo de votação a favor de Foz do Iguaçu. Nós deixamos os nossos Parlamentares, do PMDB, e todos do Bloco do qual o senhor também faz parte, livres para escolherem através dos seus mandatos, através dos seus arbítrios, as suas próprias decisões.

Temos, o PMDB sim, teve a iniciativa através do nosso Deputado Bona Turra, de procurar fazer um estudo para podermos discutir melhor este assunto. Eu pergunto a Vossa Excelência: qual outro partido ou qual outra liderança que fez isto?

Entretanto, não adianta vir aqui, de público, e querer utilizar o Plenário para contentar as galerias. Há necessidade de que se analise o assunto com muita clareza, com muita determinação e com muito equilíbrio.

Nós continuamos na nossa luta. Nós nos debatemos com o Prefeito Dobrandino. Colocamos para ele a nossa posição. Colocamos ao Prefeito Dobrandino e procuramos sensibilizá-lo sobre a necessidade de uma distribuição mais equilibrada. Fizemos o nosso estudo. Ficou pronto hoje, pela manhã. Nós continuaremos trabalhando neste estudo, agradando ou não a platéia, agradando ou não os Parlamentares, agradando ou não a região lindeira de Foz do Iguaçu. É uma luta. É um compromisso nosso o de continuarmos o trabalho. A votação e a decisão continuarão sendo soberanas e livres dos Deputados desta Casa.

Por isso, não podemos aceitar, Deputado Élio Rusch, a condenação do PMDB. O PMDB é um Partido sério, que tem história. Pode ter os seus erros, como todos têm. Mas, não podemos atribuir única e exclusivamente a um partido, como se ele fosse o responsável total pelo que está acontecendo. É uma decisão que a Assembléia, o Plenário, entendeu como justa. E a decisão do Plenário é soberana.

Portanto, eu peço a Vossa Excelência e aos demais: vamos ter equilíbrio, mas não vamos fechar a porta. Vamos continuar a negociação. O PMDB está aberto. A Liderança do Governo está aberta para a negociação, num processo melhor. Vamos continuar, após estudo da nossa equipe, que eu acredito demorará uma semana, dez ou quinze dias, nós voltaremos a conversar com os Prefeitos, com Vossa Excelência e vamos trabalhar no sentido de um anteprojeto, nesta Casa, que será encaminhado ao Governador.

E como bem disse o Deputado Dirceu Manfrinato: vamos conversar e vamos, quem sabe, se for o caso, não que o Governador tenha o poder final de decisão, mas vamos pegar a concordância do Governador do Estado e vamos juntos procurar uma solução melhor.

Não é porque houve uma derrota, nesta Casa, não é porque o seu Projeto, que regimentalmente deveria ser votado hoje, nós apenas mantivemos a decisão de Sua Excelência o Presidente, porque entendemos que é do Regimento, que possa se atribuir qualquer outro tipo de resultado.

Portanto, as portas estão abertas. Nós queremos, com equilíbrio e bom senso, continuarmos a negociação. Para isto, nós somos Parlamentares. Sujeitos a uma derrota aqui, a uma vitória lá, mas que sempre chega ao bom senso, ao final da caminhada.

Era isto, muito obrigado.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Quero dizer ao Deputado Renato Adur que eu não me considero um derrotado. Considero-me um vitorioso, porque eu cumpri com a obrigação cívica, aqui nesta Casa, hoje.

E também, a pedido dos Vereadores e do Prefeito de Guaíra, convido os Deputados para o próximo fim de semana, para o encerramento da Festa das Nações, em Guaíra. Esperamos todos os Deputados em Guaíra. Nós vamos recepcioná-los naquela Cidade, aonde precisa do bom senso dos Senhores Deputados para recuperar a credibilidade desta Casa de Leis.

O SR. LOURENÇO FREGONESE (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu não iria me pronunciar, mas com o calor das discussões, eu acredito que a coisa não ficou bem clara.

Eu gostaria que cada Parlamentar soubesse que a verdade de um não é a verdade do outro. Isto é democracia. Isto é Parlamento. Então, não cabe aqui que nenhum Parlamentar acuse o outro. Cada um está defendendo os seus interesses, os interesses da sua região. A verdade dos municípios lindeiros não é a verdade de Foz do Iguaçu. Como o Município que eu represento, de Pinhão que tem duas hidrelétricas, também tem problemas com Mangueirinha, Bituruna e outros municípios. Por isso eu só gostaria que as coisas se acalmassem e acabasse aqui a encrenca criada e cada um levasse para dentro de seus lares hoje, que, cada um dos Senhores Deputados trabalhou com a sua consciência e fez o melhor que podia.

Porque, como eu disse: a verdade do Rossoni não é a verdade do Fregonese, a verdade do Élio Rusch não é a verdade do Trevisan, e por isso nós somos Deputados e estamos defendendo sim os interesses do Estado do Paraná.

Existe lá em Foz do Iguaçu milhares e milhares de desempregados, como existe lá em Itaipu milhares de desempregados. O que temos que achar são soluções viáveis sem que se acuse mutuamente, um e outro, se não, não estaremos praticando a verdadeira democracia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sobre a mesa, Requerimento n° 918, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 907, de autoria do Senhor Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 934, de autoria dos Senhores Deputados Orlando Pessuti, Basílio Zanusso, Oswaldo Trevisan e demais Se-

nhores Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 877, de autoria do Senhor Deputado Élio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 903, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 932, de autoria do Senhor Deputado Rossoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 926, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 899, de autoria do Senhor Deputado Nereu Alves de Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 878, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 879, de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 880 e 881, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 882, de autoria do Senhor Deputado Carlos Simões, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 883, de autoria do Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 884, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 885, 886, 887 e 888, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 889, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimentos n°s 890, 891, 892, 893, 894, 895, 908, 909 e 910, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 896, 898 e 897, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 902, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins,

constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 912, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 919, 920, 921 e 922, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 924 e 925, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 927, de autoria da Senhora Deputada Emilia Belinati, com apoio dos Senhores Deputados Ernani Pudell, Rossoni, Élio Rusch e demais Senhores Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 928, de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 930 e 931, de autoria do Senhor Deputado Ovídio Constantino, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 900, de autoria do Senhor Deputado Carlos Simões, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 935 e 936, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento n° 905, de autoria do Senhor Deputado Nereu Alves de Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 863, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, com apoio dos Senhores Deputados Colombino Grassano, Cezar Silvestri e Plauto Miró Guimarães, constante do expediente de sessão anterior. **Retirado pelo autor.**

Requerimento n° 901, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 155, do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 27, à hora regimental com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 019, 042, 050, 100, 103 e 104/93.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 041, 059, 066, 088, 095, 109, 116, 118, 121 e 125/93 e do Projeto de Resolução n° 044/93.

Levanta-se a sessão.

#### Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO LUIZ CARLOS ZUK, EM SESSÃO DO DIA 26.04.93.

#### "O PERIGOSO VOTO DE PROTESTO"

Escrita pelo Jornalista Adail Inglês.

O voto de protesto nunca levou a nada, porque, na verdade, o voto de protesto é um ato inconseqüente de rebeldia. E de rebeldia burra. Para se vingar de alguém, vota-se em outro candidato, de pior qualidade, como se esse voto não acabasse, na seqüência, se voltando contra o próprio eleitor. Basta que cada um reflita um pouco sobre um voto de protesto, que já tenha dado, e possa, longe agora da emoção daquele momento, fazer sua própria avaliação, para saber se valeu à pena. Com absoluta certeza, a conclusão será de arrependimento, porque o voto de protesto é um ato passional, que nada tem a ver com a prudência. E tudo o que se faz, sem prudência, é um tiro no escuro.

No plebiscito, que acontece na quarta-feira que vem, tem gente dizendo que vai votar no Presidencialismo, porque não concorda com o Parlamentarismo, da mesma forma que o eleitor do Parlamentarismo prefere esse sistema por se dizer cansado do Presidencialismo. Na outra ponta, vota-se na República, pelo entendimento de que a Monarquia é um retrocesso inaceitável, assim como o defensor da Monarquia se vale de argumentos bobos de condenação à República. Está tudo errado, porque não há voto a favor, todo mundo está votando contra alguém e contra alguma coisa. É preciso que se comece a votar a favor, que a opção seja pela decisão favorável, seja pelo convencimento do melhor. O eleitor do Presidencialismo tem que estar consciente das vantagens do Presidencialismo, sem necessidade de protestar contra o Parlamen-

tarismo, da mesma forma como o eleitor do Parlamentarismo tem que se mostrar convencido da utilidade de sua escolha, sem pretender se vingar do Presidencialismo, que seria responsável pela fome e pela miséria do povo. O eleitor da República tem que exibir convicção de ser ela a proposta mais justa para a sociedade brasileira, por ter sido uma conquista do próprio povo, que a preferiu em relação à Monarquia, no passado. A mesma convicção precisa exibir o eleitor da Monarquia pelo convencimento de que a presença de um rei, na chefia do Estado, representará, de fato, o ponto de equilíbrio entre as forças políticas da Nação, sem qualquer ranço contra a República, até porque, de repente, é forçoso que os próprios monarquistas reconheçam que a República está permitindo um plebiscito, que a Monarquia nunca promoveu, ainda que essa consulta possa estar atrasada cem anos.

Para que o Brasil possa dar certo, para que as mudanças possam acontecer a favor do interesse da população, é preciso que o eleitor brasileiro comece a votar a favor, abandonando a clássica postura do voto contra, do tradicional voto de protesto. É claro que o voto de protesto chega a significar um voto vadio, na medida que não exige muita reflexão, nem muito conhecimento. Basta ser contra alguém, para que a opção se faça pela alternativa colocada na outra extremidade. Diferente, é o voto a favor, porque esse voto cobra justificativa, cobra convencimento, cobra conhecimento de causa. É por isso, que os

presidencialistas precisam conhecer o Presidencialismo; os parlamentaristas conhecer o Parlamentarismo; os republicanos se informar a respeito de República e os monarquistas se convencerem da Monarquia. Chega de apontar o defeito do vizinho; melhor começar a tratar das próprias virtudes. Fica mais leve e é mais honesto.

As pessoas, nesse velho sistema de se promover vingança pelo voto, se enchem de preconceitos. Aliás, o maior de todos os preconceitos está no meio de se discutir política.

O clube de serviço, por exemplo, é uma instituição que congrega líderes da comunidade, mas evita qualquer tipo de discussão política, como se houvesse algum mal terrível em se discutir política. É que as mudanças, mesmo as mais instruídas, misturam conceito de Política com ideologia partidária, como se tudo fosse uma única e mesma coisa. Discutir Educação, por exemplo, é discutir política. Discutir Habitação, é discutir política. O voto de protesto resulta da desinformação, da falta de conhecimento, da ignorância.

No plebiscito de quarta-feira que vem, voto de protesto pode ter consequências desastrosas, porque não é todo dia que tem consulta popular, desse jeito não. Houve um plebiscito em 62, porque os políticos não se deram bem com o casuísmo do Parlamentarismo de então. Foi uma circunstância. Como o plebiscito de agora é produto de outra circunstância, nascida na Constituinte, melhor votar no que se acredita, porque é mais honesto.